



EASO

Investigação da situação das pessoas lésbicas, homossexuais e bissexuais (LGB) nos países de origem

Guias práticos do EASO

Abril de 2015



EASO

Investigação da situação das pessoas lésbicas, homossexuais e bissexuais (LGB) nos países de origem

Guias práticos do EASO

Abril de 2015

***Europe Direct é um serviço que responde
às suas perguntas sobre a União Europeia***

**Linha telefónica gratuita (*):
00 800 6 7 8 9 10 11**

(*) As informações prestadas são gratuitas, tal como a maior parte das chamadas, embora alguns operadores, cabinas telefónicas ou hotéis as possam cobrar.

Encontram-se disponíveis na Internet mais informações sobre a União Europeia
(<http://europa.eu>).

Print	ISBN 978-92-9243-384-0	doi:10.2847/178754	BZ-02-15-087-PT-C
PDF	ISBN 978-92-9243-387-1	doi:10.2847/095609	BZ-02-15-087-PT-N

© Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, 2015

Nem o EASO nem qualquer pessoa agindo em seu nome podem ser responsabilizados pela utilização que venha a ser dada à informação constante do presente documento.

Agradecimentos

O Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) deseja agradecer aos serviços nacionais de asilo e à organização não-governamental a seguir mencionados pela coautoria do presente guia:

- ✓ Bélgica, Commissariado-Geral para os Refugiados e Apátridas (CGRA), Centro de Documentação e Investigação (Cedoca)
- ✓ Países Baixos, Serviço de Imigração e Naturalização, Serviço de Informação e Análise Linguística dos Países (OCILA)
- ✓ Organization for Refuge, Asylum & Migration (Organização para os Refugiados, o Asilo e a Migração) (ORAM)

O guia foi revisto pelas seguintes entidades:

- ✓ Dinamarca, Serviço de Imigração Dinamarquês, Informação sobre o País de Origem
- ✓ Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Divisão de Proteção Internacional
- ✓ Lilian Tsourdi, Odysseus Academic Network/Université Libre de Bruxelles (ULB)

O EASO também agradece os contributos dados pelos participantes no *workshop* sobre as informações relativas aos países de origem (IPO) e as pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgénero e intersexo (LGBTI), organizado pelo EASO nos dias 20 e 21 de maio de 2014, em Malta. O presente guia incorpora muitas práticas, ferramentas, fontes e sugestões partilhadas pelos participantes nesse *workshop*.

O EASO gostaria ainda de agradecer ao LIFOS, o Centro de Informação e Análise sobre Países de Origem (Suécia) por partilhar a sua experiência em matéria de recolha de informações sobre pessoas lésbicas, gays e bissexuais (LGB) nas missões de averiguação.

Caso queira enviar-nos observações sobre o presente documento, o endereço de contacto do EASO é: CIDA@easo.europa.eu

As informações extraídas do documento, ou o próprio documento, devem citar-se do seguinte modo:

EASO (Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo), «Investigação da situação das pessoas lésbicas, homossexuais e bissexuais (LGB) nos países de origem», *Série Guias práticos do EASO*, abril de 2015, <http://easo.europa.eu/asylum-documentation/easo-publication-and-documentation/>, data de acesso.

Índice

Agradecimentos	3
Abreviaturas	6
1. Introdução	8
Âmbito e objetivos do guia	8
O contexto	8
Os desafios.....	10
Compreender o que está em causa	10
IPO escassas, incompletas e gerais.....	10
As respostas.....	11
Metodologia	11
Síntese do conteúdo	12
2. Terminologia	13
Variações dos conceitos e termos	14
Autoimagem das pessoas LGB.....	15
3. Índice e perguntas para orientar a pesquisa	18
Índice de relatório IPO sobre pessoas LGB	18
Introdução/Declaração de exoneração de responsabilidade	19
Perguntas para orientar a pesquisa (lista não exaustiva)	20
Quadro jurídico	20
Aplicação da lei	21
Tratamento por atores estatais	21
Tratamento por atores não estatais	22
Vida social	23
4. Descrição geral das fontes.....	24
Utilização de diversas fontes.....	24
Organismos governamentais.....	25
Organizações não-governamentais internacionais.....	25
Organizações não-governamentais internacionais especializadas (LGB).....	25
Organizações não-governamentais locais	26
Organismos das Nações Unidas.....	26
Organismos da União Europeia	27
Universidades/Institutos ou centros de investigação.....	27
Meios de comunicação social (generalistas e específicos).....	28
Revistas de ciências sociais/Revistas, estudos ou centros médicos (VIH)	28
Redes sociais	29
Outras fontes	30
Livros.....	30
Conferências/workshops.....	30
Documentários/filmes	31
Missões de averiguação	31

5. Instrumentos de investigação, controlo e partilha de informações	34
Palavras-chave/Termos de pesquisa	34
Ferramentas em linha	35
Outras ferramentas.....	35
Exemplos de práticas/ferramentas nacionais	36
Projeto de harmonização de IPO sobre LGB (Bélgica, Commissariado-Geral para os Refugiados e Apátridas, CGRA/Cedoca).....	36
Grupo focal sobre LGBTI (França, Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides, OFPRA/DIDR)	36
Diretrizes internas (Suécia, Agência de Imigração Sueca/LIFOS)	36
6. Limitações da investigação	38
Quando há pouco tempo disponível	38
Quando se encontram poucas ou nenhuma informações	38
Anexo I: Lista de verificação da investigação e da qualidade	39
Anexo II: Lista das fontes	41
Specialised NGOs	42
Specialised platforms/networks/portals.....	43
Specialised NGOs	44
Specialised regional NGOs — Africa	44
Specialised regional NGOs — Asia.....	45
Specialised regional NGOs — Europe	45
Specialised regional NGOs — Latin America	45
Non-specialised NGOs.....	46
Non-specialised portals	47
Health-related organisations ().....	47
European bodies	48
UN organisations ()	48
National asylum administrations	49
Universities — Research centres/institutes	50
Media (specialised and non-specialised).....	51
Blogs	52
Others	52
Bibliografia	53

Abreviaturas

Accord	Centro Austríaco de Investigação e Documentação sobre Países de Origem e Asilo
ACDH	Alto-Comissariado para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
APM	árabe padrão moderno
Cedoca	Centro de Documentação e Investigação (CGRA, Bélgica)
CGRA	Comissariado-Geral para os Refugiados e Apátridas (Bélgica)
DCR	Dutch Council for Refugees (Conselho dos Países Baixos para os Refugiados)
DIDR	Division de l'Information, de la Documentation et des Recherches (OFPRA, França)
DST	doenças sexualmente transmitidas
EASO	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo,
FFM	missão de averiguação (<i>fact-finding mission</i>)
GLAAD	Gay and Lesbian Alliance against Defamation
HFHR	Helsinki Foundation for Human Rights (Fundação de Helsínquia para os Direitos Humanos)
HRW	Human Rights Watch
IGLHRC	International Gay and Lesbian Human Rights Commission (Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas)
ILGA	International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo)
IPO	informações sobre países de origem
LGB	(pessoas) lésbicas, homossexuais e bissexuais
LGBT	(pessoas) lésbicas, homossexuais, bissexuais e transgénero
LGBTI	(pessoas) lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgénero e intersexo
LGBTIQ	(pessoas) lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgénero, intersexo e <i>queer</i>
MSM	homens que têm relações sexuais com homens (<i>Men who have Sex with Men</i>)
NSG	não conformidade sexual e de género
NU	Nações Unidas
OCILA	Office for Country Information and Language Analysis (Serviço de Informação e Análise Linguística dos Países) (Países Baixos)
OFPRA	Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides (Gabinete Francês de Proteção dos Refugiados e Apátridas) (França)
ONG	organização não-governamental
ORAM	Organization for Refuge, Asylum & Migration (Organização para os Refugiados, o Asilo e a Migração)
RSS	Really Simple Syndication (Tecnologia RSS)
RU	Reino Unido

SMB	Swedish Migration Agency (Agência de Imigração Sueca) (anteriormente conhecida como Swedish Migration Board)
SOGI	orientação sexual e identidade de género (<i>Sexual Orientation and Gender Identity</i>)
SSRN	Social Science Research Network (Rede de Investigação de Ciências Sociais)
Sida	síndrome da imunodeficiência adquirida
UE	União Europeia
ULB	Université Libre de Bruxelles (Universidade Livre de Bruxelas)
VIH	vírus da imunodeficiência humana
WSW	Mulheres que têm relações sexuais com mulheres (<i>Women who have Sex with Women</i>)

1. Introdução

Âmbito e objetivos do guia

Embora apresente muitas semelhanças metodológicas com outros tipos de investigação de informações sobre países de origem, a elaboração de relatórios sobre a situação das pessoas lésbicas, homossexuais e bissexuais (LGB) nos países de origem tornou-se uma tarefa difícil por várias razões (variedade de termos de pesquisa, fontes escassas, informação geral...). Para ultrapassar as dificuldades colocadas por este tema, o investigador deve familiarizar-se com a terminologia, os contextos locais e os tipos de fontes, compreender as perguntas e os termos de pesquisa que são relevantes para a investigação, e obter fontes de informação alternativas.

O presente guia visa fornecer informações contextuais, bem como sugestões e fontes úteis para investigar a situação das pessoas LGB nos países de origem.

O guia deve ser lido em conjunto com o **anexo II**, que contém uma lista de fontes e as respetivas ligações *web*. Para que a lista de ligações possa ser regularmente atualizada, proceder-se-á à atualização da versão do guia publicada na Internet, sempre que necessário. A versão mais recente estará disponível no sítio *web* do EASO: <http://easo.europa.eu/asylum-documentation/easo-publication-and-documentation/>.

O guia está centrado na investigação da situação das pessoas LGB porque os requerentes de proteção internacional transgénero ou intersexo são menos comuns. Contudo, para não excluir eventuais questões relacionadas com as pessoas transgénero ou intersexo, o glossário de termos (capítulo 2) e a lista de fontes (anexo II) abarcam estes dois grupos. Ao longo do guia, utiliza-se a abreviatura **LGB** para «**pessoas lésbicas, homossexuais e bissexuais**», exceto quando forem citadas outras fontes que usem acrónimos diferentes [tais como LGBT: LGBTI (pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgénero e intersexo)].

Pretende-se responder com este guia às necessidades dos investigadores de informações relativas aos países de origem ⁽¹⁾, independentemente do seu grau de experiência, e dos funcionários responsáveis pelos processos. Poderá ser útil, também, a advogados, prestadores de assistência judiciária e juizes que se ocupem dos processos de asilo.

O guia deve ser consultado em conjunto com as publicações *Country of Origin Information Report Methodology* ⁽²⁾ do EASO e *Common EU Guidelines for processing Country of Origin Information (COI)* ⁽³⁾, que apresentam o quadro metodológico geral e as normas de qualidade a observar neste domínio.

O presente guia é um documento público.

A investigação para esta versão do guia foi concluída em fevereiro de 2015.

O contexto

Ao longo das últimas décadas, as atitudes face à questões LGB parecem ter sofrido uma alteração significativa em muitas partes do mundo. As pessoas LGB têm lutado pelos seus direitos humanos e têm obtido o reconhecimento dos mesmos, designadamente o direito à não discriminação e o direito à vida privada e familiar. Porém, este progresso não foi universal, sendo que em alguns países a homofobia aumentou e noutros a homossexualidade não foi descriminalizada ou, pelo contrário, foi ainda mais criminalizada. Em alguns aspetos, o fosso entre aqueles os países parece ter-se aprofundado nos últimos anos ⁽⁴⁾. É neste contexto que algumas pessoas LGB fogem dos países de origem e pedem proteção internacional.

Nas suas «**Guidelines on claims to refugee status based on sexual orientation and/or gender identity within the context of Article 1A(2) of the 1951 convention and/or its 1967 protocol relating to the status of refugees**» (Diretrizes relativas aos pedidos de concessão do estatuto de refugiado baseados na orientação sexual e/ou identidade de género, no contexto do artigo 1.º-A, n.º 2, da Convenção de 1951 e do seu Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados), o **ACNUR** especifica o seguinte:

⁽¹⁾ No guia, utilizar-se-ão os termos «investigador de IPO» ou «perito em IPO» para designar as pessoas que prestam serviços de informação sobre os países de origem (IPO) a fim de apoiar os profissionais que trabalham neste domínio. Um investigador de IPO recolhe, seleciona e valida as IPO e muitas vezes elabora produtos de IPO. Além disso, efetua inquéritos ou investigações sobre questões referentes às IPO, a fim de verificar os factos, acontecimentos ou situações e aumentar os conhecimentos existentes sobre determinado país.

⁽²⁾ EASO, *Country of Origin Information Report Methodology*, julho de 2012.

⁽³⁾ União Europeia, *Common EU Guidelines for processing Country of Origin Information (COI)*, abril de 2008.

⁽⁴⁾ The Economist, *The Gay divide*, 11 de outubro de 2014.

*A orientação sexual e/ou identidade de género de um requerente pode ser relevante para o pedido do estatuto de refugiado quando essa pessoa recear ser perseguida e maltratada devido à sua **orientação sexual e/ou identidade de género** real ou percebida, em lugares onde esta não seja considerada conforme com as normas políticas, culturais ou sociais predominantes. A **intersecção** entre género, orientação sexual e identidade de género é parte integrante da avaliação dos pedidos que invocam questões de orientação sexual e/ou identidade de género. Em geral, a violência infligida em razão da não conformidade com os papéis esperados para um determinado género é um elemento central desses pedidos [sublinhados nossos] ⁽⁵⁾.*

O artigo 10.º da **Diretiva «Qualificação» da União Europeia** reitera que a orientação sexual pode ser invocada como um dos cinco motivos da perseguição:

*Dependendo das circunstâncias no país de origem, um **grupo social** específico poderá incluir um grupo baseado numa **característica comum de orientação sexual**. A orientação sexual não pode ser entendida como incluindo atos considerados criminosos segundo o direito nacional dos Estados-Membros. Para efeitos da determinação da pertença a um grupo social específico ou da identificação de uma característica desse grupo, são tidos devidamente em conta os aspectos relacionados com o género, incluindo a **identidade de género** [sublinhados nossos] ⁽⁶⁾.*

As pessoas lésbicas, homossexuais e bissexuais podem ser perseguidas e discriminadas de diversas formas, como sintetiza o ACNUR:

*As mulheres **lésbicas** podem ser perseguidas tanto em razão do seu género como da sua orientação sexual e estar mais expostas a crimes «de honra» e violações por parte de atores não estatais, incluindo familiares e membros da comunidade. O seu estatuto social e económico pode impedi-las de aceder aos procedimentos de asilo, à proteção policial e a outras formas de proteção e apoio em países de asilo.*

*Os **homens gay** tendem a levar uma vida pública mais visível e, por isso, correm um risco mais imediato de serem alvo de agressões, sobretudo por parte de agentes estatais, nos países onde as relações sexuais entre homens constituem uma infração penal. Estas vítimas podem ter relutância em revelar às autoridades ou aos prestadores de serviços a extensão dos abusos sexuais sofridos.*

*A **bissexualidade** não é bem compreendida em muitos países. As pessoas bissexuais são atraídas tanto por pessoas do sexo oposto como por pessoas do mesmo sexo, mas apenas são perseguidas por condutas homossexuais. Consideram que a sua orientação sexual é fluida e flexível, o que gera o equívoco de que a sua sexualidade é uma questão de escolha e não de identidade [sublinhados nossos] ⁽⁷⁾.*

O facto de haver pessoas de vários países a apresentar pedidos de proteção internacional baseados na sua orientação sexual torna as informações sobre a situação das pessoas LGB nos respetivos países de origem cada vez mais necessárias. Esta necessidade foi confirmada pela resolução do Parlamento Europeu, de 4 de fevereiro de 2014, sobre o «Roteiro da UE contra a homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género». Nesta resolução, a União Europeia (UE) apelava às autoridades competentes em matéria de asilo que velassem por que «a **situação jurídica e social das pessoas LGBTI no país de origem seja documentada de forma sistemática e que essas informações sejam disponibilizadas aos responsáveis pelas decisões em matéria de asilo como parte das informações sobre o país de origem**» [sublinhados nossos] ⁽⁸⁾.

No entanto, como atrás referido, embora a documentação da situação das pessoas LGB nos países de origem tenha muitas semelhanças metodológicas com outros tipos de trabalho em matéria de IPO, a investigação relativa a essas pessoas pode tornar-se difícil e, às vezes, desafiante.

⁽⁵⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional* n.º 9, 23 de outubro de 2012.

⁽⁶⁾ Diretiva n.º 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou por apátridas para poderem beneficiar de proteção internacional, a um estatuto uniforme para refugiados ou pessoas elegíveis para proteção subsidiária e ao conteúdo da proteção concedida (reformulação).

⁽⁷⁾ ACNUR, *Need to Know Guidance* 2, 2011.

⁽⁸⁾ Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de fevereiro de 2014, sobre o «Roteiro da UE contra a homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género».

Os desafios

- **Compreender o que está em causa**

Ter um conhecimento geral de questões relativas às pessoas LGB ajuda os investigadores de IPO a identificar as **informações jurídicas e não jurídicas** pertinentes e a comunicá-las de forma **clara e completa** ⁽⁹⁾.

É particularmente importante dominar a terminologia utilizada nos diversos países para designar as pessoas LGB, bem como as variações culturais patentes nas formas de expressão da orientação sexual e da identidade de género, para realizarem a investigação de forma **eficaz e objetiva**. A investigação de IPO pode ser facilmente influenciada pela origem cultural do investigador. As ideias preconcebidas sobre o modo como as pessoas LGB se devem comportar e apresentar pode afetar a forma como os investigadores recolhem as informações.

- **IPO escassas, incompletas e gerais**

Apesar de a quantidade e a qualidade das informações sobre a situação das pessoas LGB nos países de origem terem aumentado desde o início da década de 1990, tais informações continuam a ser, muitas vezes, escassas, incompletas e gerais, o que dificulta o trabalho dos investigadores de IPO e, em última instância, dos funcionários/decisores que devem proceder à análise minuciosa desses casos ⁽¹⁰⁾.

Em alguns países, a situação das pessoas LGB pode estar **insuficientemente documentada** por diversas razões. O estigma associado a esta população pode impedir que muitos incidentes sejam notificados e, além disso, em muitos países, os grupos internacionais e locais continuam a ter fraca capacidade de monitorização e documentação dos abusos ⁽¹¹⁾. Noutros casos, «*o aumento do ativismo tem sido frequentemente repellido com ataques contra defensores dos direitos humanos, o que afeta a sua capacidade de documentar as violações*» ⁽¹²⁾. A documentação das perseguições movidas pelo Estado — quando os processos judiciais são raros ou estão dissimulados por detrás de acusações imprecisas — também pode ser difícil.

Muitas fontes fornecem informações **exclusivamente sobre os homens gay**, talvez por haver menos informações disponíveis sobre a situação das pessoas lésbicas e bissexuais (dado não serem tão «visíveis», por exemplo) ⁽¹³⁾. Embora as fontes possam dizer que as informações fornecidas se referem a «pessoas LGB», é possível que, na verdade, estejam circunscritas à situação dos homens gay.

Além disso, as informações relativas a países de origem tendem a concentrar-se sobre a situação das pessoas LGB em **geral**, mas esta pode ser fortemente influenciada por **fatores individuais** como o género, o estatuto socioeconómico, a religião, a geografia, a rede social, a atitude da família e a (não) conformidade com as normas prevaletentes ⁽¹⁴⁾. Estes fatores podem nem sempre ser contemplados nos relatórios gerais sobre as pessoas LGB.

À luz dos desafios acima descritos, o investigador de IPO pode ser confrontado com falta de informações ou de elementos específicos sobre a situação das pessoas LGB. Todavia, a escassez ou ausência de informações não significa automaticamente que a situação dessas pessoas não seja problemática. Além disso, quando há informações disponíveis, estas podem parecer contraditórias. Por exemplo, em alguns países, um grupo LGB visível e até socialmente aceite pode enfrentar, ao mesmo tempo, atos de repressão, designadamente por parte do Estado ⁽¹⁵⁾.

⁽⁹⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

⁽¹⁰⁾ LaViolette, N., «Independent human rights documentation and sexual minorities: an ongoing challenge for the Canadian refugee determination process», abril-junho de 2009, p. 437-476. Ver também: Refugee Studies Centre, *Sexual Orientation in Refugee Status Determination*, abril de 2011; Jansen, S., Spijkerboer, T., *Fleeing Homophobia, Asylum Claims related to Sexual Orientation and Gender Identity in Europe*, setembro de 2011.

⁽¹¹⁾ LaViolette, N., «Independent human rights documentation and sexual minorities: an ongoing challenge for the Canadian refugee determination process», abril-junho de 2009, p. 437-476. Ver também: ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012.

⁽¹²⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012.

⁽¹³⁾ Jansen, S., Spijkerboer, T., *Fleeing Homophobia, Asylum Claims related to Sexual Orientation and Gender Identity in Europe*, setembro de 2011. Ver também: UK, Home Office, *Sexual Identity Issues in the Asylum Claim*, 11 de fevereiro de 2015.

⁽¹⁴⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014. Ver também: ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012.

⁽¹⁵⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

As respostas

Em resposta aos desafios que descrevemos e à resolução do Parlamento Europeu ⁽¹⁶⁾, o EASO organizou em **20 e 21 de maio de 2014** um **workshop** destinado a investigadores de IPO e intitulado «IPO e pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgénero e intersexo (LGBTI)». O seu objetivo era identificar e partilhar conhecimentos especializados e boas práticas existentes a nível nacional e europeu ⁽¹⁷⁾.

Este *workshop* revelou que várias unidades IPO dos países da UE+ ⁽¹⁸⁾ já adquiriram uma valiosa experiência em matéria de investigação da situação das pessoas LGB nos países de origem e desenvolveram instrumentos úteis, tais como listas de verificação da investigação, índices normalizados, indicadores de pesquisa, listas de fontes e missões de averiguação (FFM) específicas (ver capítulo 5).

A Organização para os Refugiados, o Asilo e a Migração (ORAM) e o ACNUR, ambos presentes no *workshop*, também adquiriram experiência neste domínio. O ACNUR irá elaborar proximamente um conjunto de orientações sobre a elegibilidade por razões relacionadas com a orientação sexual e a identidade de género (ver capítulo 4) ⁽¹⁹⁾. A ORAM publicou relatórios relativos aos países de origem em que focava as condições jurídicas e sociais das minorias sexuais e de género em diversos países (ver capítulo 4) ⁽²⁰⁾.

O encontro sobre IPO e LGBTI mostrou, todavia, que os **conhecimentos, boas práticas e ferramentas de investigação não se encontram amplamente disponíveis**.

Na sequência deste encontro, procedeu-se à criação de um grupo de trabalho e de um grupo de avaliação pelos pares ⁽²¹⁾, incumbidos de elaborar um guia prático, baseado nas melhores práticas e ferramentas desenvolvidas pelos países da UE+ e pela sociedade civil, bem como nos resultados do *workshop* organizado pelo EASO em maio de 2014. Desse esforço conjunto resultou o presente guia. Seguidamente, apresenta-se uma descrição da metodologia utilizada para a sua elaboração.

Metodologia

Em outubro de 2014, o grupo de trabalho atrás referido, composto por peritos em IPO dos países da UE+, da ORAM e do EASO, reuniu-se para definir o conteúdo do guia e a divisão de tarefas. O conteúdo foi definido com base nas necessidades expressas pelos países da UE+ durante o *workshop* de maio de 2014. O processo de redação desenrolou-se entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015.

A avaliação foi realizada em fevereiro de 2015 por peritos dos países e organizações referidos como revisores na secção Agradecimentos ⁽²²⁾. Os comentários dos revisores foram todos tomados em consideração, e a maioria deles foi incluída na versão final deste relatório.

O presente guia contém informações (boas práticas, ferramentas e fontes úteis) reunidas durante o *workshop* de maio de 2014, e também utiliza informações recolhidas de diversas fontes adicionais de informação (guias, metodologia, manuais, jornais e revistas, artigos de imprensa...). Além disso, baseia-se na experiência prática de investigadores de IPO que se especializaram na pesquisa da situação das pessoas LGB.

⁽¹⁶⁾ Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de fevereiro de 2014, sobre o «Roteiro da UE contra a homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género».

⁽¹⁷⁾ Neste *workshop*, que durou um dia e meio, participaram especialistas de IPO de 12 países da UE+ e representantes do ACNUR, do Dutch Council for Refugees (DCR), da Fundação de Helsínquia para os Direitos Humanos (HFHR), da ORAM e da COC Nederland. Neste evento, os participantes debateram o modo como as IPO podem apoiar a apreciação dos pedidos de proteção apresentados por pessoas LGBTI e a forma de pesquisar e avaliar as IPO relativas à orientação sexual e/ou identidade de género. Os participantes também partilharam práticas nacionais (ver capítulo 5), instrumentos e fontes úteis, e os oradores convidados apresentaram comunicações específicas.

⁽¹⁸⁾ No contexto do guia, entende-se por «países UE+» os Estados-Membros da UE e os Estados associados Noruega e Suíça.

⁽¹⁹⁾ As orientações do ACNUR incluirão dez capítulos referentes a dez países específicos, com IPO sobre pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de género. O ACNUR publicará as orientações sobre a elegibilidade em 2015 e disponibilizá-las-á através da Refworld.

⁽²⁰⁾ Ver as publicações da ORAM no endereço: <http://www.oraminternational.org/en/publications>, acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽²¹⁾ O grupo de trabalho foi criado em setembro de 2014, através de um convite à manifestação de interesse, contando entre os seus membros a Bélgica (CGRS/CEDOCA), os Países Baixos (IND/OCILA), a ORAM e o EASO. Os avaliadores foram o ACNUR, a Dinamarca (Serviço de Imigração, IPO) e Lilian Tsourdi (Odysseus Academic Network/Université Libre de Bruxelles).

⁽²²⁾ Os pares revisores incluem o ACNUR, o Serviço de Imigração Dinamarquês (IPO), e Lilian Tsourdi, Odysseus Academic Network/Universidade Livre de Bruxelas).

Módulo de Formação do EASO: «Género, identidade de género e orientação sexual» ⁽²³⁾

O EASO elaborou recentemente um novo **módulo de formação** para funcionários responsáveis pelos processos de asilo e outros profissionais de toda a UE neste domínio, intitulado «**Género, identidade de género e orientação sexual**». O módulo segue a metodologia de aprendizagem mista do currículo de formação do EASO, combinando a aprendizagem em linha com sessões presenciais. O seu objetivo é preparar os formandos para:

- explicarem de que modo as suas experiências e atitudes pessoais face às questões de género, identidade de género e orientação sexual influenciam a maneira como tratam os pedidos de proteção internacional;
- identificarem os fatores relativos ao género, à identidade de género e à orientação sexual quando tratam os pedidos de proteção internacional;
- aplicarem uma abordagem adequada às questões de género, identidade de género e orientação sexual quando tratam esses pedidos.

O módulo de formação do EASO menciona a importância das IPO na investigação das minorias sexuais e de género e faz referência a várias fontes. A sua versão de *e-learning* contém uma ligação ao presente guia.

Síntese do conteúdo

O **capítulo 2** demonstra a importância da terminologia quando se faz referência às pessoas LGB. O seu objetivo é:

- ✓ apresentar uma perspetiva geral dos conceitos e termos referentes às pessoas LGB;
- ✓ mostrar as grandes variações existentes na utilização desses termos, através de exemplos específicos;
- ✓ salientar a importância da compreensão do significado e da conotação dos termos.

No final do capítulo, figura um **glossário** dos termos SOGI (orientação sexual e identidade de género) mais utilizados.

O **capítulo 3** contém:

- ✓ uma sugestão de índice normalizado para os relatórios IPO;
- ✓ uma descrição sucinta de possíveis capítulos/subcapítulos;
- ✓ uma lista de perguntas relativas a cada capítulo para orientar o investigador de IPO.

O **capítulo 4** visa:

- ✓ apresentar uma panorâmica dos tipos de fontes disponíveis;
- ✓ dar orientações sobre as informações fornecidas por tipos de fontes.

Este capítulo não pretende enumerar nem descrever as fontes de informação sobre pessoas LGB, visto que tal lista consta do anexo II (ver *infra*). Por conseguinte, o capítulo 4 deve ser lido em conjunto com o **anexo II**.

O **capítulo 5** debruça-se sobre os termos de pesquisa e as ferramentas/sugestões de pesquisa em linha que podem ser úteis para uma investigação eficiente e na monitorização da situação das pessoas LGB nos países de origem. Além disso, indica ferramentas que permitem partilhar melhor as informações entre os países da UE+.

O **capítulo 6** fornece orientações sobre o que fazer quando há pouco tempo disponível para investigar a situação das pessoas LGB em determinado país, ou quando as informações encontradas são insuficientes ou nulas.

Anexos

O **anexo I** é uma lista de verificação da investigação e da qualidade que resume os principais princípios e normas de qualidade das IPO descritos no guia.

O **anexo II** fornece uma lista de fontes e as respetivas hiperligações. As fontes foram divididas em «tipos» e cada uma delas é sucintamente descrita.

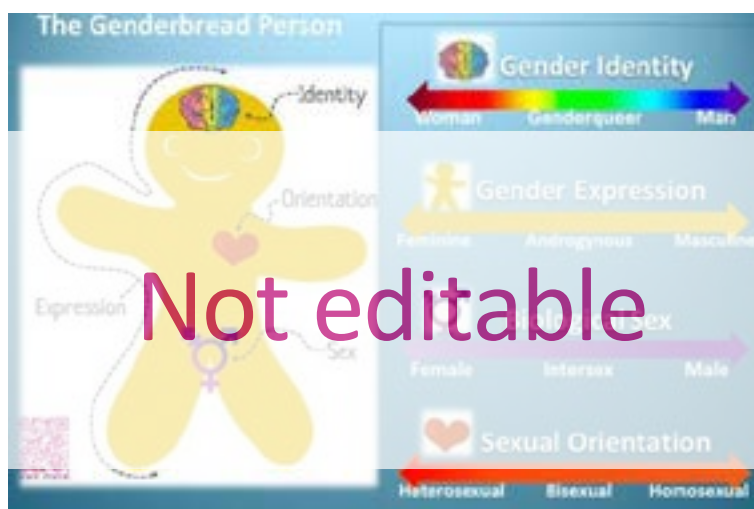
⁽²³⁾ Para mais informações sobre o módulo de formação do EASO, contacte: Vulnerablegroups@easo.europa.eu.

2. Terminologia

Uma vez que a terminologia relativa às pessoas LGB é extremamente variada e heterogênea, é essencial compreender a importância de utilizar determinados termos quando se investiga e escreve sobre a situação das pessoas LGB. Isso ajudará o investigador de IPO a identificar os termos a pesquisar quando realiza pesquisas em linha. Ajudará igualmente o investigador na entrevista de fontes orais. O conhecimento dos termos a utilizar pode influenciar fortemente os resultados. Analisaremos nos capítulos 4 e 5 as vantagens práticas da compreensão da terminologia relativa às pessoas LGB.

Em primeiro lugar, importa conhecer bem os diferentes conceitos relativos à orientação sexual, à identidade e à expressão de género. Podem distinguir-se **quatro conceitos distintos, ainda que relacionados**, como ilustra a imagem ⁽²⁴⁾ a seguir.

- **Identidade de género:** a experiência individual, íntima e profunda, que cada pessoa tem de ser homem, mulher ou de outro género, correspondente ou não ao sexo que lhe foi atribuído à nascença ⁽²⁵⁾.
- **Expressão de género** (ou «apresentação de género»): a aparência exterior, a indumentária, os maneirismos e comportamentos através dos quais as pessoas manifestam a sua identidade de género ⁽²⁶⁾.
- **Sexo biológico:** as características biológicas e fisiológicas que definem os homens e as mulheres. Nas características biológicas e físicas incluem-se os cromossomas sexuais, as gónadas, as hormonas sexuais, as estruturas reprodutivas internas e os órgãos genitais externos ⁽²⁷⁾.
- **Orientação sexual:** a capacidade que cada pessoa tem de sentir uma profunda atração emocional, afetiva e/ou sexual por pessoas de sexo diferente, do mesmo sexo ou de vários sexos ⁽²⁸⁾.



Fonte: <http://itspronouncedmetrosexual.com/2011/11/breaking-through-the-binary-gender-explained-using-continuaums/>.

Em segundo lugar, não existe **uma terminologia uniforme** relativa às diversas orientações sexuais e identidades de género. Nas línguas de origem de muitos requerentes de proteção internacional, a terminologia é escassa e genérica, ou pode ter conotações negativas. Em algumas culturas, a terminologia utilizada não corresponde às identidades LGB (ver adiante o exemplo do Senegal). Acresce que os conceitos, as atitudes e a terminologia não são estáticos, evoluindo ao longo do tempo.

⁽²⁴⁾ It's Pronounced Metro Sexual, *The genderbread Person*, 2012.

⁽²⁵⁾ The Yogyakarta Principles (The), *Yogyakarta Principles on the Application of International Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity*, março de 2007.

⁽²⁶⁾ ORAM, *Blind Alleys, Part I: Guidance for NGOs, Governments, UNHCR and Program Funders, Glossary of Terms*, fevereiro de 2013; ORAM, *Country of Origin Report: Sexual and Gender Minorities — Uganda*, 7 de novembro de 2014.

⁽²⁷⁾ ORAM, *Blind Alleys, Part I: Guidance for NGOs, Governments, UNHCR and Program Funders, Glossary of Terms*, fevereiro de 2013; ORAM, *Country of Origin Report: Sexual and Gender Minorities — Uganda*, 7 de novembro de 2014.

⁽²⁸⁾ The Yogyakarta Principles (The), *Yogyakarta Principles on the Application of International Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity*, março de 2007.

Variações dos conceitos e termos

Tal como se disse, é importante compreender que os conceitos referentes às diversas orientações sexuais e identidades de género variam imenso consoante as (sub)culturas, os países e as regiões, bem como ao longo do tempo ⁽²⁹⁾. Os termos também podem variar de pessoa para pessoa e até consoante os diferentes contextos.

Em muitas línguas, as referências à homossexualidade estão associadas a tabus e/ou ao opróbrio. Em regra, quanto mais forte é o tabu, mais escassa é a terminologia. Consequentemente, nessas culturas, os jornais populares e as redes sociais na língua materna tendem a utilizar termos depreciativos e rudes para descrever as pessoas LGB.

É igualmente possível que existam termos diferentes para os parceiros sexualmente «ativos» e «passivos» no caso dos homens que têm relações sexuais com homens. O parceiro «ativo» é geralmente encarado de forma menos negativa e, às vezes, nem é considerado homossexual, enquanto o parceiro «passivo» tem uma imagem mais negativa, do «verdadeiro» homossexual.

É muito mais provável encontrar os **termos positivos, afirmativos**, quando surgem, na **imprensa em língua estrangeira** e com maior frequência nos meios de comunicação eletrónicos do agrado de estrangeiros, das populações locais ocidentalizadas e das comunidades LGB na diáspora.

O caso da língua **árabe** é um exemplo típico: embora as relações e os comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo sejam comuns no Médio Oriente e no Norte de África, esse tema constitui um forte tabu desde Marrocos até aos Estados do Golfo. O árabe clássico não contém termos positivos que sejam vulgarmente aplicados a pessoas LGB ⁽³⁰⁾. A palavra do árabe padrão oficial (árabe padrão moderno) para homossexual é *Mithliya jinsiya*, literalmente traduzido do termo grego *Homoios seksus*. *Shouzouz jins* ou *Shatha Jinsiya* («sexualidade anormal») é utilizado não só para descrever as chamadas práticas sexuais anormais, mas também a homossexualidade ⁽³¹⁾. O termo bastante insultuoso *LuuTii* ou *Al-Luti* (que se refere à história bíblica/corânica de Lot) é frequentemente usado na linguagem comum ⁽³²⁾. Nos últimos anos, o termo neutro, positivo, *Mithly/Misly* («o mesmo») é utilizado por algumas comunidades LGB ⁽³³⁾, mas o seu uso está sobretudo limitada às comunidades na diáspora. É pouco provável que os termos *LuuTii* ou *Mithly* sejam utilizados nos meios de comunicação generalistas de qualquer país de língua árabe. Os dialetos locais possuem muitas palavras diferentes, todas bastante ofensivas, como *Zamel* (em Marrocos), *Khawell*, *Khaniith*, *Manyak* e *Sjadh*, utilizados não só na linguagem comum, mas também, às vezes, na imprensa local ⁽³⁴⁾.

Do mesmo modo, no **Uganda**, as minorias sexuais e de género (incluindo transexuais, homossexuais, lésbicas, algumas pessoas bissexuais e afins) descrevem-se a si próprias e umas às outras utilizando geralmente o termo quase afetoso «*kuchu*», derivado do suaíli ⁽³⁵⁾. Os tabloides do Uganda utilizam frequentemente os termos «homossexuais» ou «gays» para se referirem de forma insultuosa à identidade e influência «ocidentais» ⁽³⁶⁾. Por vezes, os **quenianos** heterossexuais chamam aos seus concidadãos homossexuais «Volkswagen» ou «Beetle», na perspetiva de que a homossexualidade vem do exterior e não é «queniana» ⁽³⁷⁾.

Essas utilizações díspares, complexas e distintas da terminologia são comuns em muitas línguas e a medida em que a terminologia neutra ou positiva, empregue pelos próprios LGB, surge na **imprensa geral** pode ser um forte indicador de aceitação social. Como veremos (capítulo 3), a aceitação social é um dos tópicos que os investigadores podem ter que investigar para escreverem um relatório sobre a situação das pessoas LGB.

⁽²⁹⁾ No passado, existiam termos neutros para as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo em algumas línguas locais, mas após a chegada do colonialismo, do cristianismo ou do islão, esses termos foram esquecidos e desapareceram, como foi o caso, por exemplo, de algumas sociedades africanas.

⁽³⁰⁾ Para uma análise sobre os diversos termos árabes, ver Ganly, Katharine, *Arab World: Trouble for Gay Travels in the Muslim World*, publicado em: 15 de julho de 2009.

⁽³¹⁾ Ganly, Katharine, *Arab World: Trouble for Gay Travels in the Muslim World*, publicado em: 15 de julho de 2009.

⁽³²⁾ Palmer, Bryan, *How do you say Gay in Arabic? A brief linguistic history of Middle Eastern homosexuality*, 16 de agosto de 2012.

⁽³³⁾ Bint el Nas, *Glossary of Arabic Terms*, julho de 2003.

⁽³⁴⁾ Moscas De Cores, *Gay dictionary: Arabic*, n.d.; Bint el Nas, *Glossary of Arabic Terms*, julho de 2003; Coolslang, *Arabic Slang Dictionary with English Translation* [dicionário em linha], n.d.; LA Times, *Morocco: New magazine braves risks to give voice to Arab homosexuals*, 28 de abril de 2010.

⁽³⁵⁾ Canavera Mark, *The Kuchu Beehive*, publicado em 2 de agosto de 2010.

⁽³⁶⁾ BBC News, *Ugandan 'homosexuals' named in Red Pepper paper*, 25 de fevereiro de 2014.

⁽³⁷⁾ Opanga Kwendo, *Kenya: What Is This About Tying Aid to Gay Rights?*, publicado em 10 de dezembro de 2011.

Autoimagem das pessoas LGB

Como se disse, os **fatores socioeconómicos, as línguas estrangeiras e o acesso às comunicações eletrónicas** influenciam muito a terminologia utilizada por cada pessoa. Por exemplo, as pessoas instruídas, ricas, urbanas e muito viajadas são muito mais suscetíveis de empregar termos como «gay», «lésbica», «bissexual» e «transgénero» do que as suas homólogas rurais, pouco instruídas, pobres e que nunca tenham viajado. É provável que esse emprego reflita o desejo de se identificarem com conceitos e comunidades LGB reconhecidos e para os quais não existem palavras equivalentes em muitas sociedades.

Nas culturas em que as pessoas LGB vivem socialmente isoladas e são alvo de um profundo tabu, é possível que utilizem muitos termos diferentes para se descreverem a si próprias e umas às outras, ou que careçam até de qualquer terminologia para descrever a sua própria orientação sexual ou identidade de género, sobretudo se não tiverem acesso a meios de comunicação social em língua estrangeira.

No **Senegal**, os homens que têm relações sexuais com homens designam-se, por vezes, a si próprios e uns aos outros como «*ibbi*» e «*yoos*», sendo «*ibbi*» o parceiro «feminino» ou «recetivo» e «*yoos*» o parceiro sexual «masculino» ou «dominante»⁽³⁸⁾. Outros evitam por completo esses papéis de género estereotipados e quem não pertence ao grupo desconhece ou não usa estes termos. Em seu lugar, utiliza geralmente, entre outros, o termo, agora pejorativo, «*goor jigeen*» (literalmente homem-mulher) e/ou a palavra «*pédé*» (calção francês, insultuoso, da palavra «pederasta») para designar os homens gay e as pessoas não conformes com o género⁽³⁹⁾.

Em função do nível de tabu e/ou opróbrio existente em cada país, as pessoas LGB podem evitar totalmente o uso de termos autoidentificativos.

É importante compreender que as pessoas LGB também podem influenciar a utilização e a conotação da terminologia. O movimento gay neerlandês, por exemplo, começou a utilizar a palavra neerlandesa *flikker* [*faggot* ⁽⁴⁰⁾], maricas], até então muito ofensiva, para se organizar (constituindo grupos de *flikker* em todo o país). O seu intuito era retirar à palavra a sua conotação extremamente negativa e apropriar-se dela. Os LGB também podem distanciar-se de termos/conceitos vulgarmente utilizados no Ocidente — como as palavras «gay» ou «homossexual» — em virtude da conotação negativa que lhes atribuem.

O glossário seguinte serve de guia para os termos mais comuns em matéria de orientação sexual e identidade de género:

Glossário de termos ⁽⁴¹⁾

Por ordem alfabética

Bissexual: termo utilizado para designar uma pessoa que é atraída, a nível físico, romântico e/ou emocional tanto por homens como por mulheres ⁽⁴²⁾ (ou antes, por mais de um género) ⁽⁴³⁾. A bissexualidade não implica necessariamente uma atração idêntica pelos dois géneros.

Cisgénero: termo que designa as pessoas cuja identidade e expressão de género correspondem ao sexo que lhes foi atribuído à nascença e às expectativas sociais relativas ao seu género ⁽⁴⁴⁾.

FTM: acrónimo de «Feminino para Masculino», sobretudo utilizado para designar um transexual que mudou de mulher para homem. Trata-se de alguém que, tendo adquirido o sexo feminino à nascença, se identifica como homem, também denominado transomem ⁽⁴⁵⁾.

Gay: termo geralmente utilizado para descrever um homem que possui uma atração física, romântica e/ou emocional permanente por outros homens, mas que também pode ser usado para designar pessoas do sexo feminino ⁽⁴⁶⁾.

⁽³⁸⁾ Beyrer Chris, Wirtz Andrea L., Walker Damian, Johns Benjamin, Sifakis Frangiscos e Baral Stefan D., *The Global HIV Epidemics among Men Who have Sex with Men*, 2011.

⁽³⁹⁾ Cedoca, *Subject Related Briefing «Sénégal: Situation actuelle de la communauté homosexuelle et MSM»*, 12 de fevereiro de 2013.

⁽⁴⁰⁾ A palavra inglesa «*faggot*», que literalmente significa «feixe de lenha», era usada na Europa Medieval para aludir à morte na fogueira a que os heréticos eram condenados. Nessa época, ser queimado vivo era uma das punições dadas à homossexualidade. Ver: Online Etymology Dictionary; Berkowitz Eric, *Sex and Punishment: Four Thousand Years of Judging Desire*, 2012.

⁽⁴¹⁾ As definições provêm de várias fontes, devidamente referenciadas.

⁽⁴²⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012.

⁽⁴³⁾ Bisexual Index (The) [*página web*], n.d.

⁽⁴⁴⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁴⁵⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁴⁶⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012.

Género: refere-se à perceção íntima e pessoal da masculinidade e da feminilidade, bem como à construção social que atribui determinados comportamentos aos papéis masculinos e femininos, os quais variam ao longo da história e consoante as sociedades, culturas e classes. Por conseguinte, o género está fortemente ligado às expectativas da sociedade, não sendo uma questão exclusivamente biológica ⁽⁴⁷⁾. Ver também a definição dada pelo ACNUR (2002): «*O género refere-se à relação entre mulheres e homens baseada em identidades, estatutos, papéis e responsabilidades social ou culturalmente definidos ou construídos, atribuídos a um sexo e a outro, enquanto o sexo é uma determinante biológica*» ⁽⁴⁸⁾.

Violência de género: violência exercida contra alguém devido ao género a que pertence ⁽⁴⁹⁾.

Expressão de género: refere-se às manifestações da identidade de género de uma pessoa e à sua identidade percecionada pelas outras pessoas. Normalmente, as pessoas procuram coadunar a sua expressão ou apresentação de género com a sua identidade ou identidades de género, independentemente do sexo que lhes foi atribuído à nascença ⁽⁵⁰⁾.

Identidade de género: vivência íntima e pessoal profunda que cada pessoa tem do seu género, correspondente ou não ao sexo que lhe foi atribuído à nascença, incluindo a forma como sente o seu corpo (e que pode envolver, por escolha própria, uma alteração da aparência ou do funcionamento corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de género, incluindo vestuário, modo de falar e maneirismos ⁽⁵¹⁾.

Homofobia: termo denotativo de medo, raiva irracional, intolerância e/ou ódio em relação à homossexualidade ⁽⁵²⁾.

Homossexuais: pessoas que se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo ⁽⁵³⁾.

Intersexo: situação clínica em que um indivíduo nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual e/ou com padrões cromossómicos que não se enquadram nas noções biológicas típicas de se ser homem ou mulher. Uma pessoa intersexo pode identificar-se como homem ou como mulher, ou qualquer outro género, e ter diferentes orientações sexuais, tais como lésbica, gay, bissexual, heterossexual, assexual, etc. ⁽⁵⁴⁾.

LGB(TI): acrónimo para pessoas «lésbicas, gay, bissexuais (trans e intersexo).

Lésbica: termo aplicado a uma mulher cuja atração física, romântica e/ou emocional é direcionada de modo permanente para outras mulheres ⁽⁵⁵⁾.

MSM: acrónimo da expressão «Men who have Sex with Men», que designa os homens que têm relações sexuais com homens, mas que não se identificam necessariamente como gays ou bissexuais. O termo é muito utilizado no domínio da saúde em geral e no da prevenção de VIH/sida/DST em particular ⁽⁵⁶⁾.

MTF: acrónimo da expressão «Male-to-Female» (de homem para mulher), vulgarmente utilizado para designar uma pessoa transexual que muda do sexo masculino para o feminino. Trata-se de alguém que, tendo adquirido o sexo masculino à nascença, se identifica como mulher, também denominada transmulher ⁽⁵⁷⁾.

Não conformidade: a não conformidade é uma situação em que alguém não obedece à norma, sendo considerado diferente devido às características que possui ou que lhe são imputadas, por natureza, escolha ou experiência. No contexto SOGI, verifica-se quando o comportamento, a aparência, a identidade ou a experiência de uma pessoa difere do que a sociedade dela espera em função do seu género ⁽⁵⁸⁾.

⁽⁴⁷⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁴⁸⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 1*, 7 de maio de 2002.

⁽⁴⁹⁾ EIGE, *Gender-based violence [página web]*, n.d.

⁽⁵⁰⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁵¹⁾ The Yogyakarta Principles, *Yogyakarta Principles on the Application of International Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity*, março de 2007.

⁽⁵²⁾ ORAM, *Country of Origin Report, Sexual and Gender Minorities, Uganda*, outubro de 2014.

⁽⁵³⁾ ORAM, *Country of Origin Report, Sexual and Gender Minorities, Uganda*, outubro de 2014.

⁽⁵⁴⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012. Para mais definições, ver: OII, *OII Intersex Network [sítio web]*, n.d.

⁽⁵⁵⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012; ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado julho de 2014.

⁽⁵⁶⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁵⁷⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁵⁸⁾ EASO, *Training Module: Gender, Gender Identity and Sexual Orientation*, versão de 2015.

Queer: sobretudo utilizado a nível académico, este termo inclui todas as pessoas não heterossexuais: lésbicas, gays, bissexuais e transgénero (inicialmente utilizado nos países anglófonos para insultar e rebaixar as pessoas LGB, o seu uso ainda é considerado censurável por alguns) ⁽⁵⁹⁾.

Sexo: constituição biológica, incluindo características sexuais primárias e secundárias, genes e hormonas. Em regra, o sexo jurídico é determinado à nascença, sendo tradicionalmente um conceito «binário» constituído por dois grupos mutuamente exclusivos: homens e mulheres ⁽⁶⁰⁾.

Orientação sexual: a orientação sexual designa a capacidade de cada pessoa para sentir atração emocional, afetiva e sexual profunda por pessoas de um género diferente do seu, do mesmo género ou de mais de um género, e de manter relações íntimas e sexuais com elas ⁽⁶¹⁾.

SGN: acrónimo de «Sexually and Gender Nonconforming» (não conformes do ponto de vista sexual e de género). Trata-se de um termo genérico com que se designam as pessoas cujas práticas sexuais, objetos de atração e/ou identidade e expressão de género divergem das expectativas sociais baseadas no sexo atribuído à nascença. Pretende ser mais abrangente do que o termo «LGBTI», tendo sido cunhado para descrever as minorias sexuais e de género no contexto dos refugiados, referenciando o motivo por que são perseguidas e evitando classificações rígidas como «LGBTI» ⁽⁶²⁾.

Transpessoa/pessoas/homem/mulher: termo genérico inclusivo que designa as pessoas cuja identidade de género e/ou expressão de género difere do sexo que lhes foi atribuído à nascença. Inclui, designadamente: homens e mulheres com passados transexuais e pessoas que se identificam como transexuais, transgénero, travestis, andróginas, poligénero, *genderqueer*, sem género, com variações de género, ou qualquer outra identidade e/ou expressão que não sejam tipicamente masculinas ou femininas, e que exprimem o seu género através do vestuário, da apresentação ou de alterações corporais, que podem incluir a sujeição a múltiplas cirurgias ⁽⁶³⁾.

Transgénero: este termo descreve as pessoas que sentem ter uma identidade de género diferente do sexo biológico que lhes foi determinado à nascença. Trata-se de uma identidade de género e não de uma orientação sexual, pelo que uma pessoa transgénero pode ser heterossexual, gay, lésbica ou bissexual ⁽⁶⁴⁾.

Tran(s)sexual: termo aplicado às pessoas que se identificam totalmente com o género oposto ao sexo que lhes foi determinado à nascença e desejam viver permanentemente de acordo com o papel atribuído a esse género. Tal desejo faz-se acompanhar, com frequência, de uma forte rejeição das características físicas sexuais primárias e secundárias que possuem e da vontade de harmonizar o seu corpo com o género preferido. As pessoas transexuais podem tencionar fazer, estar já a fazer ou já ter feito tratamentos de mudança de sexo (que podem incluir terapia hormonal ou cirurgia) ⁽⁶⁵⁾.

Travesti: designa as pessoas que se vestem, temporariamente, com vestuário característico de outro género, podendo o seu sentimento de identificação com esse género ser desde muito forte a inexistente. Há travestis que também podem ser transgénero (ver *supra*) ⁽⁶⁶⁾.

WSW: acrónimo da expressão «Women who have Sex with Women», referente a mulheres que têm relações sexuais com mulheres, mas que não se identificam necessariamente como lésbicas ou bissexuais. O termo é muito utilizado no domínio da saúde em geral e no da prevenção de VIH/sida/DST em particular ⁽⁶⁷⁾.

⁽⁵⁹⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁶⁰⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁶¹⁾ Yogyakarta Principles (The), *Yogyakarta Principles on the Application of International Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity*, março de 2007.

⁽⁶²⁾ ORAM, *Country of Origin Report, Sexual and Gender Minorities, Uganda*, outubro de 2014.

⁽⁶³⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁶⁴⁾ ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional n.º 9*, 23 de outubro de 2012. Para mais definições, ver: GLAAD, *GLAAD Media Reference Guide — Transgender Issues*, n.d.

⁽⁶⁵⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁶⁶⁾ ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado: julho de 2014.

⁽⁶⁷⁾ EASO, *Training Module: Gender, Gender Identity and Sexual Orientation*, versão de 2015.

3. Índice e perguntas para orientar a pesquisa

Nem todos os produtos de IPO sobre a situação das pessoas LGB assumem a forma de relatórios, podendo alguns consistir em respostas concisas a questões específicas, por exemplo. Além disso, a situação dessas pessoas também pode ser tratada num capítulo específico de um relatório mais geral sobre o país de origem.

Independentemente da sua forma, há vários temas e perguntas essenciais que podem orientar o trabalho dos investigadores de modo a garantir a pertinência, o equilíbrio e a exaustividade do produto final de IPO.

No presente capítulo, apresenta-se uma **sugestão de índice** de relatório de IPO **exaustivo** sobre as pessoas LGB, abrangendo os temas mais relevantes. Relativamente a cada capítulo, são sugeridas **perguntas** para orientar os especialistas de IPO no seu trabalho de pesquisa. Essas perguntas não são exaustivas e é provável que algumas fiquem por responder, mas devem ser encaradas como exemplos para guiar os investigadores e não como uma listagem completa e obrigatória. Note-se que, por uma questão de exaustividade, as perguntas incluem referências às pessoas transgénero e intersexo.

Importa recordar que as **preferências nacionais, as circunstâncias (por exemplo, falta de tempo) e a disponibilidade de dados** podem levar a que a estrutura do relatório seja mais limitada ou mais detalhada.

→ O Centro Austríaco de Investigação e Documentação sobre Países de Origem e Asilo (Accord), no seu *Manual de Formação* (edição de 2013) ⁽⁶⁸⁾, e o Programa Internacional dos Direitos Humanos da Universidade de Toronto ⁽⁶⁹⁾ também desenvolveram listas de verificação muito semelhantes, que podem ser consultadas em conjunto com a abaixo indicada.

Índice de relatório IPO sobre pessoas LGB

Declaração de exoneração de responsabilidade/Introdução

Quadro jurídico

- Leis especificamente referentes a homens gay e a lésbicas
- Leis especificamente referentes a atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo e comportamentos «homossexuais»
- Leis que concedem direitos (ou que especificamente os negam) a casais de pessoas do mesmo sexo
- Leis relativas ao reconhecimento jurídico da identidade de género das pessoas transgénero
- Leis que protegem as pessoas LGB
- Leis relativas às organizações LGB
- Debate sobre a criminalização/descriminalização
- Disposições jurídicas relativas a outras minorias de género, pessoas transgénero e intersexo
- Disposições gerais contra a discriminação

Aplicação da lei

- Aplicação da legislação especificamente referente a pessoas LGB
- Aplicação discriminatória de outras leis
- Impacto social da legislação contra as pessoas LGB
- Proteção do Estado
- Cronologia de casos graves de prisão, acusação e detenção

⁽⁶⁸⁾ Austrian Red Cross/ACCORD, *Researching Country of Origin Information — Training Manual*, edição de 2013, outubro de 2013.

⁽⁶⁹⁾ University of Toronto, Faculty of Law, *Research Checklist — A guide to the sources used in SOGI's research process*, 7 de março de 2011.

Tratamento por atores estatais

- Tratamento por funcionários do Estado (para além da prisão, da acusação e da detenção, por exemplo, nos domínios do emprego, da educação e da saúde)
- Clima político em relação às pessoas LGB
- Restrições impostas às organizações LGB
- Cronologia de incidentes graves envolvendo intervenientes estatais

Tratamento por atores não estatais

- Atitudes sociais
- Papel da religião (ou cultos, irmandades...) e posição das religiões organizadas e dos líderes religiosos
- Representação da homossexualidade e das pessoas LGB nos meios de comunicação social
- Tratamento das pessoas LGB pelos seus concidadãos
- Diferenças entre pessoas LGB
- Acesso aos cuidados de saúde, incluindo em matéria de VIH/sida, por parte das pessoas LGB
- Cronologia de incidentes graves envolvendo concidadãos

Vida social

- Ambiente geral e abertura em relação às pessoas LGB
- Autoimagem e autoidentificação
- Diferenças geográficas nas atitudes e na diversidade sexual/de género
- Terminologia utilizada para descrever as pessoas LGB
- Organizações LGB
- Locais de encontro e eventos para pessoas LGB

Lista de fontes (consultadas/utilizadas)

Introdução/Declaração de exoneração de responsabilidade

A introdução (ou declaração de exoneração de responsabilidade) explica normalmente, de forma concisa, o contexto geral do relatório, o seu objetivo, a metodologia utilizada e o âmbito da investigação, apresentando também as fontes principais (incluindo uma descrição sucinta das fontes que o autor terá eventualmente contactado).

Além disso, clarificar a terminologia utilizada no relatório.

A introdução pode servir ainda para realçar algumas questões que possam ser relevantes, nomeadamente:

- ✓ uma carência generalizada de informação (pública) sobre o tema em apreço;
- ✓ o facto de as IPO disponíveis se referirem maioritariamente a determinados grupos de pessoas, como os jovens homossexuais que vivem em meios urbanos;
- ✓ o facto de as IPO disponíveis serem gerais, mas a situação das pessoas LGB poder ser fortemente influenciada por fatores como o género, o estatuto socioeconómico, a geografia, a rede social, a atitude da família e a (não) conformidade com as normas predominantes.

Apresentamos a seguir um **excerto** do modelo de introdução que o **Cedoca** (Centro de Documentação e Investigação da Bélgica) propõe para os relatórios IPO sobre pessoas lésbicas e gay nos países de origem ⁽⁷⁰⁾.

Cedoca COI Focus — Modelo para produto IPO sobre a homossexualidade

Dado que a presente investigação incide sobre a situação dos homossexuais num determinado país, o Cedoca não utilizará a abreviatura «LGBT», que abrange outras realidades. Quando é necessário salientar que um aspeto diz especificamente respeito à experiência dos homens ou das mulheres homossexuais, o Cedoca utiliza os termos «gay» e «lésbica», bem como as designações que tenham sido utilizadas pelas fontes consultadas no decurso da investigação.

[Algumas indicações sobre as fontes utilizadas e suas eventuais limitações]

A investigação divide-se em três partes.

Na primeira parte, analisa-se a legislação no que se refere à orientação sexual das pessoas. Esta parte também aborda a questão das ações judiciais intentadas pelo Estado a favor ou contra os homossexuais, independentemente de estas estarem ou não conformes com a legislação em vigor.

A segunda parte diz respeito à situação dos homossexuais na sociedade em causa. Em primeiro lugar, examinam-se as percepções sociais e culturais da homossexualidade, bem como a violência homofóbica e as diferenças de tratamento de que os homossexuais podem ser objeto a nível socioeconómico. Em seguida, analisa-se a vida social dos homossexuais, nomeadamente através da existência de locais de reunião e/ou de associações.

Finalmente, o terceiro capítulo descreve o contexto político atual no país em causa e, em especial, a posição dos intervenientes políticos e religiosos em relação à homossexualidade.

Perguntas para orientar a pesquisa (lista não exaustiva)

Note-se que, por uma questão de exaustividade, estas perguntas incluem referências às pessoas transgénero e intersexo ⁽⁷¹⁾.

Quadro jurídico

Quadro jurídico	<ol style="list-style-type: none"> Existem leis relativas às relações entre pessoas do mesmo sexo e às pessoas ou organizações LGB? <ul style="list-style-type: none"> Há diferença, no que ao consentimento jurídico diz respeito, entre atos heterossexuais e os homossexuais? Existem leis relativas aos atos/comportamentos homossexuais? <ul style="list-style-type: none"> A legislação diferencia os atos sexuais entre homens dos atos entre mulheres? Existem leis específicas para os menores ⁽⁷²⁾? Há leis que proíbem conteúdos incentivadores da homossexualidade? Há leis que concedam direitos específicos às pessoas LGB, como o direito a contrair matrimónio, ou leis que especificamente o impeçam? As pessoas LGB são mencionadas na constituição, nas leis nacionais contra a discriminação ou na legislação internacional em matéria de direitos humanos que tenham sido ratificadas? As disposições contra a discriminação afirmam que esta é proibida independentemente da razão invocada? Ou enumeram motivos de discriminação específicos que são visados pela proibição? Em caso afirmativo, esses motivos incluem o sexo/género, a orientação sexual e a identidade de género? Há algum debate em curso sobre uma criminalização ou descriminalização adicional das pessoas LGB? Existem disposições jurídicas relativas a outras minorias sexuais e de género para além das pessoas LGB, isto é, a pessoas transgénero, transexuais ou intersexo?
-----------------	--

⁽⁷⁰⁾ Bélgica, Cedoca, *COI Focus, Template for COI product on homosexuality*, n.d.

⁽⁷¹⁾ Para mais informações sobre as minorias de género, consulte: ACNUR, *Diretrizes sobre Proteção Internacional* n.º 9, 23 de outubro de 2012; ILGA, *ILGA-Europe Glossary*, atualizado julho de 2014.

⁽⁷²⁾ Para mais informações sobre as crianças LGBT, ver: UNICEF, *Position Paper No. 9, Eliminating discrimination against children and parents based on sexual orientation and/or gender identity*, novembro de 2014.

Aplicação da lei

Aplicação da lei	<ol style="list-style-type: none"> Existem casos de pessoas presas, acusadas e detidas ao abrigo de uma legislação específica em vigor? <ul style="list-style-type: none"> É comum que tal aconteça? O governo persegue ativamente as pessoas LGB e, em caso afirmativo, com base em que legislação e qual a amplitude dessa perseguição? <ul style="list-style-type: none"> Há direito a interpor recurso e, em caso afirmativo, alguma vez foi concedido? A pessoa acusada tem direito a assistência jurídica? Cite exemplos. Utilizam-se contra as pessoas LGB outras leis (relativas, por exemplo, à ordem pública, aos atentados ao pudor e ao registo de organizações) que não as mencionam especificamente? <ul style="list-style-type: none"> As pessoas LGB são discriminadas na aplicação dessas outras leis? As pessoas LGB são condenadas, pelo mesmo crime, a penas mais severas do que as pessoas não-LGB? <ul style="list-style-type: none"> Cite exemplos. A legislação existente e/ou a sua aplicação leva a que as pessoas LGB não tenham acesso a proteção, se forem ameaçadas ou vítimas de crimes, perseguições ou discriminação? <ul style="list-style-type: none"> O medo da lei impede as pessoas LGB de pedirem proteção quando dela necessitam? A legislação tem sido utilizada para proteger os direitos das pessoas LGB? <ul style="list-style-type: none"> Há processos relativos a queixas apresentadas por vítimas de violência/discriminação homofóbica? Foram proferidos acórdãos importantes que concedem direitos às pessoas LGB? Cite exemplos. Há casos graves de detenção, acusação e prisão (se forem considerados pertinentes para o relatório)? <ul style="list-style-type: none"> Especifique que uma lista nunca é exaustiva e indique o período a que ela se refere
------------------	---

Tratamento por atores estatais

Tratamento por atores estatais	<ol style="list-style-type: none"> As pessoas LGB são objeto de discriminação, exclusão, extorsão, insultos, intimidação, assédio, ameaças, agressão, violência, chantagem ou outras ações por parte das autoridades (polícia, polícia secreta, autoridades de saúde) e, em caso afirmativo, em que medida? <ul style="list-style-type: none"> Esses incidentes são registados e notificados? Cite exemplos. As vítimas de violência homofóbica são ajudadas/apoiadas? Qual é a posição dos intervenientes políticos em relação às pessoas LGB? <ul style="list-style-type: none"> O tema da homossexualidade é politicamente debatido pelos dirigentes nacionais, regionais ou locais? São aplicadas restrições ao registo e às atividades quotidianas das organizações LGB? <ul style="list-style-type: none"> Cite exemplos. Ocorrem incidentes graves envolvendo atores estatais (se considerados pertinentes para o relatório)? <ul style="list-style-type: none"> Especifique que uma lista nunca é exaustiva e indique o período a que ela se refere
--------------------------------	--

Tratamento por atores não estatais

Tratamento por atores não estatais

1. Existem sondagens de opinião internacionais, regionais, nacionais ou locais sobre a homossexualidade ou as pessoas LGB? As sondagens indicam alterações visíveis?
2. Que papel desempenha, de um modo geral, a religião (ou cultos, irmandades...) no país?
 - De que forma influencia o tratamento das pessoas LGB?
 - O que têm dito os líderes religiosos locais sobre esse assunto?
 - As ideias religiosas têm sofrido alterações visíveis?
 - Há líderes/pessoas religiosas favoráveis aos direitos das pessoas LGB?
 - Em caso afirmativo, até que ponto?
3. Como são descritas as questões relativas à homossexualidade e às pessoas LGB nos meios de comunicação social nacionais?
 - As pessoas LGB têm espaço para expressar as suas opiniões ou as dos seus oponentes são mais publicadas?
 - Há pessoas LGB apontadas como exemplos a seguir?
 - Há personagens claramente LGB visíveis na televisão, no teatro ou no cinema?
 - Existem, ou já existiram, periódicos, revistas ou sítios *web* especializados sobre questões LGB e/ou geridos por pessoas LGB? Cite exemplos.
4. Como são as pessoas LGB tratadas pelos outros cidadãos?
 - Qual é a influência dos valores tradicionais na vida quotidiana das pessoas LGB (por exemplo, espera-se que façam casamentos heterossexuais)?
 - As pessoas LGB têm acesso a serviços básicos como os de saúde, educação e emprego?
 - Já se registaram casos de crimes de honra, discriminação, violação, exclusão, extorsão, chantagem, agressão, violência, expulsão e, em caso afirmativo, qual a sua extensão? Esses incidentes são registados e notificados? Cite exemplos.
5. Há diferenças visíveis entre a situação das pessoas homossexuais ou bissexuais do sexo masculino e a dos homossexuais ou bissexuais do sexo feminino?
6. Qual é a situação das outras minorias de género (pessoas transexuais, transgénero, intersexo ou com uma expressão de género diferente)?
7. As pessoas LGB têm acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente no que respeita ao VIH/sida? Qual é o clima social em relação às pessoas LGB que têm VIH/sida?
 - A luta contra o VIH/sida alterou a atitude geral em relação às pessoas LGB?
8. Há incidentes graves de maus tratos envolvendo concidadãos (se considerados pertinentes para o relatório)?
 - Especifique que uma lista nunca é exaustiva e indique o período a que ela se refere.

Vida social

Vida social

1. As pessoas LGB são objeto de algum estigma ou tabu?
 - Há exemplos de pessoas assumidamente LGB e, em caso afirmativo, até que ponto são conhecidas do público em geral? Cite exemplos.
2. Há diferenças visíveis no que respeita à situação das pessoas LGB dentro das fronteiras do país?
 - Por exemplo, a situação existente no norte é semelhante à existente no sul?
 - Há diferença entre as zonas urbanas e as rurais?
3. Que termos locais são utilizados para designar as pessoas LGB?
 - São utilizados termos diferentes para os parceiros sexualmente ativos ou passivos?
 - Quem utiliza esses termos?
 - Que conotação têm?
4. Há organizações representativas das pessoas LGB?
 - Essas organizações são oficialmente registadas e reconhecidas?
 - Os líderes dessas organizações são ativistas conhecidos?
 - As organizações são conhecidas do público em geral?
5. Há organizações locais, nacionais ou internacionais de defesa dos direitos humanos que divulguem informações sobre a situação das pessoas LGB?
6. O que se conhece da vida social das pessoas LGB?
 - Há locais de encontro e eventos conhecidos, tais como manifestações ou paradas?
7. Que sítios Internet internacionais, nacionais ou locais são geralmente utilizados pelas pessoas LGB?

4. Descrição geral das fontes

Tal como já foi dito, apesar de o volume e a qualidade das informações sobre a situação das pessoas LGB terem melhorado, os investigadores de IPO continuam a ter dificuldade em encontrar informações específicas e equilibradas.

A sua capacidade de investigar este tema poderá ser muito maior se estiverem a par de toda a **gama de fontes disponíveis** e recorrerem a **fontes e canais** de informação **alternativos**. O conhecimento de termos específicos — como os mencionados no capítulo 2 «Terminologia» — também pode ajudar a localizar informações mais aprofundadas, havendo igualmente ferramentas em linha que aumentam a eficiência da pesquisa.

Os objetivos do presente capítulo são:

- ✓ traçar uma panorâmica dos tipos de fontes disponíveis;
- ✓ dar orientações sobre as informações fornecidas por cada tipo de fonte.

O seu intuito não é enumerar e descrever as fontes de informação em matéria de LGB, que aliás constam de uma lista apresentada no anexo II.

Assim, as fontes a seguir mencionadas são-no a título meramente ilustrativo, devendo este capítulo ser lido em conjunto com o anexo II.

Utilização de diversas fontes

À semelhança do que acontece em qualquer outro tipo de investigação, um investigador de IPO, quando transmite informações sobre a situação das pessoas LGB ou responde a determinada pergunta, deve recorrer o mais possível a **fontes diversificadas (isto é, múltiplas fontes de diferentes tipos) para obter uma perspetiva equilibrada**.

Algumas fontes podem ser facciosas, enquanto outras podem não ser suficientemente abrangentes ou específicas, pelo que, tal como em qualquer outra investigação de IPO, é importante incluir fontes internas ou externas à população em causa ⁽⁷³⁾.

Indicam-se seguidamente os **tipos de fontes** que podem utilizar-se na investigação de IPO sobre questões LGB:

- organismos governamentais;
- organizações não-governamentais (ONG) internacionais;
- organizações não-governamentais (ONG) internacionais especializadas (LGB);
- organizações não-governamentais (ONG) locais;
- organismos das Nações Unidas (ONU);
- organismos da União Europeia;
- universidades/Institutos ou centros de investigação;
- meios de comunicação social (generalistas e específicos);
- revistas de ciências sociais/revistas ou estudos médicos (VIH);
- portais IPO e redes sociais enquanto plataformas de fontes.

Quando investiga as condições de vida das pessoas LGB, as fontes devem ser avaliadas de forma idêntica a qualquer outro tipo de investigação de IPO e o investigador deve analisá-las cuidadosamente, tendo em conta o contexto em que se inserem, bem como a sua fiabilidade.

Para mais informações sobre **seleção e validação das fontes**, ver:

- União Europeia, *Common EU Guidelines for processing Country of Origin Information (COI)*, abril de 2008, <http://www.refworld.org/docid/48493f7f2.html>.
- EASO, *Country of Origin Information Report Methodology*, julho de 2012, <http://easo.europa.eu/wp-content/uploads/BZ3012618ENC.pdf>.
- Cruz Vermelha Austríaca/ACCORD, *Researching Country of Origin Information - Training Manual*, edição de 2013, outubro de 2013, <http://www.coi-training.net/content/>.

⁽⁷³⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

- **Organismos governamentais**

Muitos relatórios governamentais sobre a situação dos direitos humanos nos países de origem incluem uma secção dedicada às pessoas LGB. Porém, na maioria dos casos, as informações fornecidas nessas secções têm um carácter bastante geral e podem servir de ponto de partida em termos informativos, mas devem ser completadas por fontes mais especializadas. Os relatórios anuais do United States Department of State (Bureau of Democracy, Human Rights and Labor), por exemplo, incluem um capítulo sobre «Societal abuses, discrimination and acts of violence based on sexual orientation and gender identity» (Abusos, discriminação e atos de violência sociais em razão da orientação sexual e da identidade de género ⁽⁷⁴⁾).

Outros relatórios por país — produzidos pelas unidades de IPO das administrações nacionais competentes em matéria de asilo (por exemplo, o UK Home Office Country Information and Guidance) ⁽⁷⁵⁾ ou pelos ministérios dos Negócios Estrangeiros (por exemplo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Neerlandês) ⁽⁷⁶⁾ — incluem, muitas vezes, uma secção sobre as pessoas LGB nas suas publicações. Além disso, algumas unidades nacionais de IPO realizam missões de averiguação nos países de origem, que por vezes incluem nos seus mandatos a situação das pessoas LGB ⁽⁷⁷⁾. Em alguns casos (por exemplo, a Agência de Imigração Sueca e o Serviço de Imigração Dinamarquês), as missões incidem exclusivamente sobre este tema (ver secção relativas às missões de averiguação).

- **Organizações não-governamentais internacionais**

Algumas organizações não-governamentais (ONG) internacionais alargaram os seus mandatos de modo a abranger a proteção das pessoas LGB ⁽⁷⁸⁾. Organizações como a Human Rights Watch (HRW) ou a Amnistia Internacional, embora não sejam especializadas na situação das pessoas LGB, fornecem informações relativas às suas condições de vida nos países de origem sob alguma forma (relatórios, notícias, vídeos, etc.). A HRW, por exemplo, tem um programa específico denominado «LGBT Rights program» e elaborou uma página *web* sobre os **direitos das pessoas LGBT** ⁽⁷⁹⁾, através da qual é possível aceder a comunicados de imprensa, relatórios e comentários, e subscrever *feeds* RSS. A **Amnistia Internacional** publica relatórios temáticos sobre a situação das pessoas LGB e tem uma página especificamente consagrada à «Orientação Sexual e Identidade de Género» ⁽⁸⁰⁾.

- **Organizações não-governamentais internacionais especializadas (LGB)**

Outras fontes **especializaram-se** no fornecimento de informações específicas sobre as pessoas LGB. Ao contrário das não especializadas, tendem a monitorizar regularmente a situação dessas pessoas nos países de origem, beneficiando frequentemente de uma rede de contactos locais que as ajuda a recolher informações ⁽⁸¹⁾.

Por exemplo a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association) (**ILGA**), uma **federação mundial** de 1 100 organizações de 110 países que lutam pelos direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transpessoais e intersexo, publica um **relatório anual** («State Sponsored Homophobia Report», disponível em várias línguas) ⁽⁸²⁾, que constitui um estudo mundial sobre a leis que proíbem relações sexuais consentidas entre adultos do mesmo sexo. O sítio *web* da ILGA também fornece **notícias** sobre países de origem específicos e **mapas** ⁽⁸³⁾ sobre os direitos dos gays e das lésbicas em todo o mundo ⁽⁸⁴⁾.

⁽⁷⁴⁾ U.S. Department of State, *Country Reports* [página web], n.d. (<http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/>) acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁷⁵⁾ UK Home Office, *Country Information and Guidance* [página web], atualizada em 23 de fevereiro de 2015 (<https://www.gov.uk/government/collections/country-information-and-guidance>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁷⁶⁾ Países Baixos, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Ambtsberichten* [página web], n.d. (<http://www.rijksoverheid.nl/ministeries/bz/documenten-en-publicaties/ambtsberichten>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁷⁷⁾ Por exemplo, os relatórios das missões de averiguação do «Office français de protection des réfugiés et apatrides» (OFPRA ou Gabinete Francês de Proteção dos Refugiados e Apátridas), a administração nacional francesa em matéria de asilo, contém uma secção sobre as pessoas lésbicas e gay. Ver relatórios das missões de averiguação realizadas na Mauritânia, República Democrática do Congo e Costa do Marfim na página *web* do OFPRA: *Rapports de Missions* (http://www.ofpra.gouv.fr/index.html?xml_id=307&dtd_id=10), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁷⁸⁾ LaViolette, N., «Independent human rights documentation and sexual minorities: an ongoing challenge for the Canadian refugee determination process», abril-junho de 2009.

⁽⁷⁹⁾ HRW, *LGBT Rights* [página web], n.d. (<http://www.hrw.org/topic/lgbt-rights>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸⁰⁾ AI, *Sexual Orientation and Gender Identity* [página web], n.d. (<http://www.amnesty.org/en/sexual-orientation-and-gender-identity>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸¹⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

⁽⁸²⁾ ILGA, *State Sponsored Homophobia Report* [página web], n.d. (<http://ilga.org/what-we-do/state-sponsored-homophobia-report/>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸³⁾ ILGA, *News Archive* [página web], n.d. (<http://ilga.org/category/uncategorized/>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸⁴⁾ ILGA, *Maps* [página web], n.d. (<http://ilga.org/what-we-do/lesbian-gay-rights-maps/>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

A Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (**IGLHRC**) ⁽⁸⁵⁾ também é uma organização internacional de defesa dos direitos humanos das pessoas LGB, que fornece informações e relatórios por país, bem como os denominados «Relatórios sombra» (*Shadow Reports*) sobre a situação dessas pessoas ⁽⁸⁶⁾. Estes relatórios são apresentados a comités de peritos independentes que elaboram relatórios, a nível das Nações Unidas, sobre as obrigações dos governos em matéria dos direitos humanos, a fim de contrabalançar os relatórios oficiais dos governos. Para mais informações sobre as Nações Unidas como fonte de informação, consulte a secção «Organismos das Nações Unidas», *infra*.

A Organization for Refuge, Asylum & Migration (ORAM) ⁽⁸⁷⁾, uma organização internacional dedicada ao desenvolvimento de capacidades e à defesa dos direitos das pessoas refugiadas lésbicas, gay, bissexuais, transgénero e intersexo (LGBTI), publica relatórios que sintetizam as investigações documentais, os dados empíricos e as informações recolhidas através de entrevistas. Os relatórios incluem informações sobre os ambientes jurídico e de proteção, bem como informações pertinentes sobre fatores como, por exemplo, a estrutura familiar, as condições socioeconómicas e a religião. A ORAM lançará em breve uma biblioteca em linha que disponibilizará uma base de dados de perto de 250 relatórios em matéria de IPO especificamente sobre pessoas LGBTI numa série de países, organizada em função do país de origem, do editor, da data e do tipo de publicação.

Um investigador de IPO também pode optar por consultar organizações que se ocupem de **questões de saúde e de direitos jurídicos**, como a «Bridging the Gaps» ⁽⁸⁸⁾, um projeto internacional de saúde lançado pelos Países Baixos, uma vez que produzem algumas informações relativas às pessoas LGB.

Note-se que as fontes especializadas podem não representar todas as pessoas LGB. As fontes LGB podem concentrar-se em subgrupos específicos (por exemplo, homens gay) ou aspetos específicos das questões LGB (por exemplo, acesso a habitação). Algumas destas fontes também podem ter uma forte posição de defesa dos direitos dos LGB, sendo preciso ter em conta que existem outros pontos de vista para além dos defendidos pelos ativistas LGB.

- **Organizações não-governamentais locais**

Muitos investigadores IPO consideram as organizações locais existentes nos países de origem são fontes de informação úteis e fiáveis, visto estarem presentes no terreno e conhecerem bem as sensibilidades e realidades socioculturais. Além disso, estas fontes podem utilizar os termos localmente aceitáveis para designar as pessoas LGB e que podem indicar ao investigador os termos de pesquisa que deve utilizar ⁽⁸⁹⁾.

Algumas organizações locais podem **especializar-se na** defesa dos LGB ou ter integrado essa defesa nos seus mandatos. Deste modo, possuem normalmente informações idênticas e, como costumam estar ligadas entre si, podem fornecer informações ou pareceres semelhantes ou idênticos.

Por diversas razões, as **organizações locais de defesa dos direitos humanos** nem sempre integram os LGB nos seus grupos-alvo, o que realça a necessidade de consultar uma grande variedade de fontes.

Note-se que a **ILGA**, na sua página *web*, fornece uma **lista** ⁽⁹⁰⁾ de «organizações LGBTI e afins», que pode ajudar a identificar grupos locais. Tal como veremos mais adiante, as redes sociais também podem ser uma boa ferramenta para identificar as organizações locais, quando as ONG locais não têm uma página *web* ⁽⁹¹⁾.

- **Organismos das Nações Unidas**

O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (**ACNUR**) publicará em breve um conjunto de orientações sobre a elegibilidade dos pedidos por razões relacionadas com a orientação sexual e a identidade de género, com **10 capítulos específicos sobre países** com IPO sobre pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de género ⁽⁹²⁾.

Vários **organismos de defesa dos direitos humanos das Nações Unidas**, como o «Conselho dos Direitos Humanos» e o «Comité sobre Desaparecimentos Forçados», publicam relatórios com informações úteis sobre a situação dos LGB

⁽⁸⁵⁾ IGLHRC, [sítio web], n.d. (<http://iglhrc.org/>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸⁶⁾ IGLHRC, *Shadow Reports*, [página web] n.d. (<http://iglhrc.org/our-publications/shadow-reports>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸⁷⁾ ORAM, [sítio web], n.d. (<http://www.oraminternational.org/en/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸⁸⁾ Bridging the Gaps, [sítio web], n.d. (<http://www.hivgaps.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁸⁹⁾ Bridging the Gaps, [sítio web], n.d. (<http://www.hivgaps.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁹⁰⁾ ILGA, *ILGA's Directory of LGBTI and Allied Organizations* [página web], n.d. (<http://ilga.org/directory/>), acedido em 3 de dezembro de 2014. A DEVDIR, uma lista de organizações de desenvolvimento, também pode ser uma ferramenta útil para identificar as ONG locais. Ver: DEVDIR, [sítio web], n.d. (<http://www.devdir.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁹¹⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

⁽⁹²⁾ As orientações estarão disponíveis na Refworld, em <http://www.refworld.org/>.

em matéria de direitos humanos, no âmbito do sítio *web* do Alto-Comissariado para os Direitos Humanos (ACDH) ⁽⁹³⁾. Em novembro de 2011, dando cumprimento ao mandato que lhe foi conferido pela resolução do Conselho dos Direitos Humanos, o ACDH publicou o primeiro relatório das Nações Unidas sobre «*Leis e Práticas Discriminatórias e Atos de violência contra as Pessoas em Razão da sua Orientação Sexual e Identidade de Género*» ⁽⁹⁴⁾.

Os **relatores especiais das Nações Unidas, grupos de trabalho ou representantes especiais**, no âmbito do Sistema de Procedimentos Especiais ⁽⁹⁵⁾, também integram nos seus relatórios questões relativas à orientação sexual e à identidade de género ⁽⁹⁶⁾. Em muitos casos, as informações publicadas por estes organismos de direitos humanos das Nações Unidas são obtidas no decurso de visitas aos países de origem.

Dado que a pesquisa de relatórios das Nações Unidas que foquem a situação das pessoas LGB pode revelar-se morosa, é possível utilizar o sítio *web* da IGLHRC, que compila todas as publicações relevantes das Nações Unidas na página «Our Publications», em «**Reports**» ⁽⁹⁷⁾ e «**Shadow Reports**» ⁽⁹⁸⁾.

- **Organismos da União Europeia**

Um aspeto que os investigadores de IPO conhecem menos bem é que algumas instituições ou instâncias da União Europeia, como o **Parlamento Europeu (Comissão dos Direitos do Homem)** ⁽⁹⁹⁾ e o **Intergrupo sobre Direitos dos LGBT** ⁽¹⁰⁰⁾, fornecem informações sobre questões LGB sob a forma de relatórios, de comunicados de imprensa ou de ligações a outras fontes. Importa referir que o sítio *web* da **Comissão dos Direitos do Homem do Parlamento Europeu** tem uma opção que facilita a pesquisa de documentos relevantes ⁽¹⁰¹⁾.

- **Universidades/Institutos ou centros de investigação**

Os investigadores académicos podem constituir uma fonte de informação muito útil porque possuem um conhecimento aprofundado de questões fundamentais em resultado dos estudos efetuados no terreno, além de poderem tirar partido de uma rede de contactos nos países de origem ⁽¹⁰²⁾. É frequente os investigadores académicos especializarem-se numa região ou país específico, ou estarem associados a determinados programas no âmbito de uma universidade ou instituto de investigação. Por exemplo, a Faculdade de Direito da Universidade de Toronto ⁽¹⁰³⁾ tem um programa internacional de direitos humanos que inclui uma secção dedicada à «diversidade sexual». Através deste programa, podem obter-se **memorandos** sobre a situação das pessoas LGBT em vários países, uma **lista de fontes**, uma **base de dados de legislação nacional** e uma **lista de verificação para trabalhos de investigação**. Já existem muito mais universidades com departamentos dedicados às questões LGB, como a Universidade de Yale, que propõe a realização de Estudos LGBT ⁽¹⁰⁴⁾. Estes programas ou estudos especializados podem oferecer publicações úteis, bem como **ligações** a outras fontes, além de ajudarem os investigadores de IPO a identificar membros da academia de determinados países de origem suscetíveis de serem contactados por correio eletrónico ou por telefone.

⁽⁹³⁾ «O Alto-Comissariado para os Direitos Humanos (ACDH) esforça-se por prestar o melhor aconselhamento e apoio especializado aos diversos mecanismos de monitorização dos direitos humanos no sistema das Nações Unidas: organismos baseados na Carta das Nações Unidas, incluindo o Conselho dos Direitos Humanos e os organismos criados ao abrigo dos tratados internacionais sobre direitos humanos, constituídos por peritos independentes mandatados para monitorizar o cumprimento pelos Estados partes das obrigações que lhes são conferidas pelos tratados. Na sua maioria, estes organismos recebem apoio de secretariado do Conselho dos Direitos Humanos e da Divisão dos Tratados do Alto-Comissariado dos Direitos Humanos (ACDH)». Ver ACDH, [sítio *web*], n.d. (<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁹⁴⁾ ACDH, *Discriminatory laws and practices and acts of violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity*, 17 de novembro de 2011 (http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/A.HRC.19.41_English.pdf), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁹⁵⁾ «Procedimentos especiais» é o termo coletivo que designa um grupo de peritos de direitos humanos encarregados pelas Nações Unidas de investigar e elaborar relatórios sobre a situação dos direitos humanos em todo o mundo. Em regra, trata-se de indivíduos designados como «relator especial», «perito independente» ou «representante especial», mas em alguns casos também envolvem grupos de trabalho habitualmente constituídos por cinco elementos.

⁽⁹⁶⁾ Vários procedimentos especiais são relevantes para a questão dos direitos das minorias sexuais e de género, como o Relator especial sobre a liberdade de opinião e de expressão, ou o Grupo de trabalho sobre desaparecimentos forçados ou involuntários. Para mais informações sobre estes procedimentos, ver: ARC International, *the UN Special Procedures: A Guide for Sexual Orientation and Gender Identity Advocates*, n.d. (<http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/08/arc-guide-special-procedures.pdf>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁹⁷⁾ IGLHRC, *Sections Reports* [página *web*], n.d. (<http://iglhrc.org/content/reports>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁹⁸⁾ IGLHRC, *Sections Reports* [página *web*], n.d. (<http://iglhrc.org/our-publications/shadow-reports>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽⁹⁹⁾ Parlamento Europeu, *Comissão dos Direitos do Homem* [página *web*], n.d. (<http://www.europarl.europa.eu/committees/en/droi/search-in-documents.html>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰⁰⁾ «O Intergrupo sobre os Direitos dos LGBT» é um fórum informal para os Deputados do Parlamento Europeu que desejem promover e proteger os direitos fundamentais das pessoas LGBT. Ver Parlamento Europeu, *Intergroup on LGBT Rights* [página *web*], n.d. (<http://www.lgbt-ep.eu/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰¹⁾ Parlamento Europeu, *Comissão dos Direitos do Homem/Documentos* [página *web*], n.d. (<http://www.europarl.europa.eu/committees/en/droi/search-in-documents.html>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰²⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

⁽¹⁰³⁾ University of Toronto/Faculty of Law, *Sexual Diversity* [página *web*], n.d. (<http://ihpr.law.utoronto.ca/expertise/sexual-diversity>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰⁴⁾ Yale University, *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Studies* [página *web*], n.d. (<http://lgbts.yale.edu/>), acedida em 3 de dezembro de 2014.

Alguns institutos/centros de investigação, como o Pew Research Center ⁽¹⁰⁵⁾, também publicam estudos ou inquéritos relevantes. No separador «Topic» (Tema) do sítio *web* do Pew Research Center, é possível selecionar, por exemplo, «Gay Marriage and Homosexuality» (Casamento gay e homossexualidade) e aceder a vários dados. Em 2013, o Pew Research Center também publicou um inquérito sobre a aceitação da homossexualidade em 39 países ⁽¹⁰⁶⁾.

- **Meios de comunicação social (generalistas e específicos)**

As notícias divulgadas nos meios de comunicação locais e internacionais podem ajudar a documentar a situação das pessoas LGB e, sobretudo, a atitude da sociedade a seu respeito, mas não é possível fornecer uma panorâmica exaustiva dos meios de comunicação social suscetíveis de fornecer informações sobre as condições em que elas vivem nos países de origem.

Note-se que a pesquisa em **meios de comunicação social em línguas não locais**, nomeadamente em francês e inglês, podem distorcer os resultados por refletirem os meios culturais e socioeconómicos dos escritores, editores e leitores «liberais».

Tal como se disse no capítulo 2 («Terminologia»), a pesquisa nos **meios de comunicação locais** pode dar uma boa perspetiva dos conceitos utilizados para designar as pessoas LGB e da atitude societal face a estas.

A **IRIN** ⁽¹⁰⁷⁾, uma organização de comunicação social sem fins lucrativos que fornece notícias e análises no domínio humanitário inclui o «género» entre os temas abordados. Utilizando a função de pesquisa avançada do seu sítio *web*, é possível aceder a artigos interessantes sobre a situação das pessoas LGB em países de origem selecionados ⁽¹⁰⁸⁾.

Alguns sítios *web* são especializados na divulgação de notícias relacionadas com os LGB. É o caso do **SOGI news** ⁽¹⁰⁹⁾, que «dá informações sobre as decisões tomadas nas Nações Unidas, notícias atualizadas sobre eventos realizados a nível mundial, testemunhos de ativistas de todo o mundo, notícias sobre assuntos regionais e artigos temáticos aprofundados» e do **Pink News**, descrito como o «*Maior serviço de notícias gay da Europa*» ⁽¹¹⁰⁾. Recorde-se que os meios de comunicação especializados por vezes utilizam informações extraídas da Internet, sem verificar a fonte original. Tal como quaisquer outros tipos de fontes, as informações devem ser verificadas mediante o cruzamento com outras fontes.

- **Revistas de ciências sociais/Revistas, estudos ou centros médicos (VIH)**

Em muitos países, a situação das pessoas LGB está interligada com os planos jurídico, social, religioso e familiar, tornando-a mais difícil de investigar. Ocasionalmente, as revistas de ciências sociais publicam artigos/estudos que retratam a situação das pessoas LGB de uma perspetiva **antropológica** ou **sociológica**, que está muitas vezes ausente dos relatórios nacionais ou sobre os direitos humanos de carácter mais geral.

Os coordenadores das revistas de ciências sociais podem ajudar na consulta de uma vasta gama de publicações ⁽¹¹¹⁾. O sítio *web* da Social Science Research Network (SSRN) ⁽¹¹²⁾ contém trabalhos de investigação que podem ser descarregados a título gratuito. No entanto, por razões de direitos de autor, apenas estão disponíveis as versões provisórias e não a versão publicada. O **Google Scholar**® também presta assistência à pesquisa de bibliografia de carácter académico ⁽¹¹³⁾.

As **revistas ou estudos médicos** podem constituir uma fonte de informação importante no que respeita à perceção das pessoas LGB e do seu acesso aos serviços, dado que muitas vezes as suas análises extravasam uma perspetiva meramente médica.

⁽¹⁰⁵⁾ O Pew Research Center é um «banco de dados neutral, que informa o público sobre as questões, atitudes e tendências definidoras do nosso mundo e efetua sondagens à opinião pública, investigação demográfica, análise de conteúdos da comunicação social e outros tipos de investigação empírica no domínio das ciências sociais». Ver Pew Research Center, página inicial [sítio *web*], n.d. (<http://www.pewresearch.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰⁶⁾ Pew Research Center, Global Attitudes Project, *The Global Divide on Homosexuality*, 4 de junho de 2013 (<http://www.pewglobal.org/2013/06/04/the-global-divide-on-homosexuality/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰⁷⁾ IRIN, [sítio *web*], n.d. (<http://www.irinnews.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰⁸⁾ IRIN/Advanced Search [sítio *web*], n.d. (<http://www.irinnews.org/advancedsearch>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁰⁹⁾ SOGI News, [sítio *web*], n.d. (<http://www.soginews.com/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹¹⁰⁾ Pink News, [sítio *web*], n.d. (<http://www.pinknews.co.uk/home/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹¹¹⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

⁽¹¹²⁾ SSRN, [sítio *web*], n.d. (<http://www.ssrn.com/en/>), acedido em 19 de fevereiro de 2015.

⁽¹¹³⁾ Google Scholar [motor de busca], n.d. (<http://scholar.google.com/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

- **Portais de IPO e redes sociais enquanto plataformas de fontes**

- * **Portais IPO**

Os portais IPO oferecem um ponto de entrada único para pesquisar informações relativas aos países de origem provenientes de várias fontes, sendo particularmente úteis na fase inicial da investigação visto permitirem que os especialistas de IPO extraíam informações pertinentes de múltiplas fontes.

O **Portal IPO Europeu Comum do EASO** ⁽¹¹⁴⁾ é uma plataforma através da qual os funcionários responsáveis pelos processos de asilo dos países da UE+ podem aceder a IPO de várias fontes ⁽¹¹⁵⁾. O portal IPO contém uma pasta específica ⁽¹¹⁶⁾ sobre IPO e LGBTI, na qual os países da UE+ podem partilhar:

- produtos de IPO nacionais (previstos, em curso ou concluídos);
- outras publicações com interesse;
- eventos específicos relacionados com temas LGB (conferências, seminários, *workshops*, etc.).

Prevê-se que o Portal IPO Europeu Comum do EASO seja aberto ao público em 2016.

Os portais **Refworld** ⁽¹¹⁷⁾ e **Ecoi.net** ⁽¹¹⁸⁾ estão ambos publicamente disponíveis e reúnem IPO atualizadas a partir de variadas fontes, disponibilizando funções de pesquisa assistida que ajudam a escolher os termos de pesquisa corretos.

A ORAM é a anfitriã do **LGBT Project Portal** ⁽¹¹⁹⁾ em linha, o qual consiste numa plataforma que apresenta anúncios e descrições aprofundados dos estudos necessários, bem como dos estudos previstos e de outras iniciativas relativas aos refugiados e requerentes de asilo LGBTI lançadas por ONG, organizações intergovernamentais, instituições académicas e profissionais, que podem anunciar nesse portal os trabalhos que têm programados.

- **Redes sociais**

Encontrar contactos úteis nos países de origem, ou acompanhar situações muito localizadas, podem ser tarefas difíceis para os investigadores de IPO. As redes sociais (YouTube/Blogs/Facebook/Twitter) ⁽¹²⁰⁾ podem constituir uma ajuda para ⁽¹²¹⁾:

- identificar **grupos locais** (ONG) ⁽¹²²⁾;
- entrar em contacto com **informadores locais**;
- acompanhar **eventos locais** (por exemplo, manifestações, atividades das ONG locais, detenções).

As redes sociais podem ser particularmente úteis no caso dos países cujas organizações locais não elaboram ou mantêm os seus próprios sítios *web*. Em alguns casos, as ONG locais dão acesso a informações mais específicas e atualizadas do que as organizações de defesa dos direitos humanos em geral e, por isso, é extremamente importante contactá-las. Numa secção próxima sobre «fontes orais», veremos como esse contacto poderá ser estabelecido.

Existem **blogues** especializados em questões LGB, como, por exemplo, o «**Erasing 76 Crimes**» (Apagar 76 crimes), um blogue com publicações, artigos e referências sobre «*76 countries' anti-gay laws and the struggle to repeal them*» ⁽¹²³⁾ (legislação contra os gays em 76 países e a luta para a sua revogação). Importa não esquecer que, embora o blogue informe sobre as detenções de pessoas LGB, nem sempre anuncia a sua libertação. **A ARC International**,

⁽¹¹⁴⁾ O Portal IPO está acessível através do sítio *web* do EASO. Por enquanto, é uma plataforma que só pode ser utilizada pelas administrações nacionais competentes em matéria de asilo dos Estados da UE+. Common European COI Portal, [portal], n.d., acessível em [exige registo]: (<http://easo.europa.eu/coiportalnotice/>).

⁽¹¹⁵⁾ Presentemente, há cinco bases de dados externas ligadas ao Portal IPO (MILo/Alemanha; OFPRA/França; Landinfo/Noruega; Lifos/Suécia; TELLUS/Finlândia e em breve também Irlanda). Os sistemas IPO ligados ao Portal transmitem os seus produtos de IPO nacionais ou produzidos em coautoria com terceiros (ONG, organizações internacionais, meios de comunicação social, etc.).

⁽¹¹⁶⁾ A pasta está localizada na *Upload Area* do EASO.

⁽¹¹⁷⁾ A Refworld (a base de dados pública sobre proteção e informação do ACNUR) fornece informações sobre os países de origem, bem como informações jurídicas e políticas. Ver ACNUR, Refworld [portal], n.d. (<http://refworld.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹¹⁸⁾ O Ecoi.net é um portal público que reúne IPO relevantes para os processos de proteção internacional, sendo mantido pela Cruz Vermelha Austríaca (departamento ACCORD) e pela Informationsverbund Asyl & Migration (Alemanha). Ver: Ecoi.net [portal], n.d. (<http://www.ecoi.net/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹¹⁹⁾ ORAM, LGBTI Refugee Project Portal [portal], n.d. (<http://www.portal.oraminternational.org>), acedido em 16 de fevereiro de 2015.

⁽¹²⁰⁾ Contudo, para aceder a determinadas informações (através do Facebook, por exemplo), muitas vezes é necessário ter uma conta específica, o que levanta o problema da autoidentificação. Alguns países da UE+ elaboraram orientações sobre a forma de utilizar as redes sociais. Sobre essa utilização, ver também: Cruz Vermelha Austríaca/ACCORD, *Researching Country of Origin Information — Training Manual*, 2013 edition, outubro de 2013 e Nova Zelândia, Immigration, Country Research Branch, *Country of Origin Information and Social Media, Literature Review, Executive Summary*, outubro de 2013.

⁽¹²¹⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20-21 de maio de 2014.

⁽¹²²⁾ Importa referir que a ILGA, na sua página *web*, fornece uma lista de «organizações LGBTI e afins», que pode ajudar a identificar os grupos locais. ILGA, ILGA's Directory of LGBTI and Allied Organizations [página *web*], n.d. (<http://ilga.org/directory/>), acedido em 3 de dezembro de 2014. O DEVDIR, um diretório de organizações de desenvolvimento, também pode ser um instrumento útil para identificar as ONG locais. Ver: DEVDIR, [sítio *web*], n.d. (<http://www.devdir.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹²³⁾ Erasing 76 Crimes [weblog], n.d. (<http://76crimes.com/about-2/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

que defende os direitos das pessoas LGB, também é anfitriã de uma «rede eletrónica» sobre SOGI na Internet, centrada na promoção internacional desta causa, bem como na realização de debates e estratégias em matéria de sexualidade, direitos sexuais, orientação sexual, género, identidade de género e expressão de género ⁽¹²⁴⁾. Embora seja natural que estes blogues tenham uma posição parcial de defesa dos LGB, as suas publicações podem ser uma boa forma de obter informações atualizadas e específicas, e de identificar outras fontes.

Ao abordar as questões LGB nas redes sociais, há que prestar muita atenção ao risco de prejudicar os contactos locais ou as comunidades LGB existentes no país. Há países em que uma pessoa pode ficar em perigo pelo mero facto de ser contactada por um investigador que pretenda obter informações sobre este tema.

Tal como em qualquer outro tipo de investigação de IPO, as redes sociais devem ser utilizadas com prudência. Uma vez que as redes sociais não são regulamentadas, é inevitável que algumas careçam dos critérios de qualidade por que se pautam os trabalhos dos investigadores de IPO (por exemplo, neutralidade, objetividade e proteção dos dados pessoais) e os produtos por estes divulgados (por exemplo, fiabilidade, rastreabilidade e transparência).

- Para mais informações sobre o recurso às **redes sociais para obter IPO**, ver Cruz Vermelha Austríaca/ /Accord, *Researching Country of Origin Information — Training Manual*, edição de 2013, outubro de 2013 (<http://www.coi-training.net/handbook/Researching-Country-of-Origin-Information-2013-edition-ACCO> RD-COI-Training-manual.pdf).
- Para mais orientações de **pesquisa nas redes sociais**, ver EASO, *Tools and Tips for Online COI Research*, EASO Practical Guide Series, junho de 2014 (<http://easo.europa.eu/wp-content/uploads/Tools-and-tips-for-online-COI-research2.pdf>).

Outras fontes

Embora as fontes em linha disponibilizem informações valiosas, devem explorar-se outros canais de informação que contêm informações específicas e aprofundadas, nomeadamente:

- livros;
- conferências/*workshops*;
- documentários/filmes;
- missões de averiguação;
- fontes orais.

Alguns deles merecerão uma referência especial nas secções seguintes.

• Livros

Além de ligações a relatórios, inquéritos e filmes, o sítio *web* da «LGBT net» ⁽¹²⁵⁾ também fornece referências a livros sobre a vida das pessoas LGB em vários países do mundo. Os recursos mencionados neste sítio *web* podem ser extraídos através de uma função de pesquisa disponível na sua página inicial.

• Conferências/*workshops*

As conferências ou *workshops* sobre a situação das pessoas LGB constituem uma boa oportunidade para recolher informações de diversas fontes e estabelecer contactos com peritos e pessoas que trabalham na mesma área. Tais eventos costumam contar com a participação de especialistas de IPO de algumas unidades de IPO da UE+, que frequentemente elaboram resumos dos principais debates e comunicações, que podem tornar-se materiais de IPO muito úteis. Em 3 de dezembro de 2014, por exemplo, o vice-presidente do Parlamento Europeu foi anfitrião de uma conferência sobre os direitos das pessoas LGB em África, organizada pela Fundação Heinrich-Böll ⁽¹²⁶⁾, com oradores convidados da África do Sul, da Namíbia, da Nigéria, do Quênia e do Uganda. Esta conferência contou com a presença de vários investigadores de IPO que relataram o evento ⁽¹²⁷⁾. Em setembro de 2014, a LIFOS, a unidade

⁽¹²⁴⁾ ARC International, *Electronic Networking*, [página web], n.d. (<http://arc-international.net/network-development/electronic-networking>), acedido em 24 de fevereiro de 2015.

⁽¹²⁵⁾ LGBT Net, *Magazines, books and films* [página web], n.d. (http://www.lgbt.net/dk/database/cat_view/37-all-documents/48-magazines-books-and-films), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹²⁶⁾ A Fundação Heinrich Böll Stiftung conta entre os seus objetivos a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos, afirmando que «a promoção dos direitos humanos das pessoas com identidades sexuais e de género fora do comum faz parte integrante dos nossos programas de defesa da democracia e dos direitos humanos». Ver: Heinrich Böll Stiftung, *Democracy, LGBTI* [página web], n.d. (<http://www.boell.de/en/topics/lgbti>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹²⁷⁾ Heinrich Böll Stiftung, *Europe, Let's speak out for LGBTI Rights in Africa!*, realizada em 3 de dezembro de 2014. As atas desta conferência podem ser obtidas contactando o Cedoca ou o OCILA.

de IPO da Agência de Imigração Sueca, organizou um seminário sobre a situação das pessoas LGB no Uganda e na Nigéria, tendo convidado para o mesmo investigadores de IPO de diversas autoridades nacionais competentes em matéria de asilo. O seminário destinava-se a apresentar as conclusões da LIFOS sobre as missões de averiguação efetuadas nesses dois países, mas também a dar voz a oradores de organizações locais da Nigéria e do Instituto Dinamarquês para os Direitos Humanos ⁽¹²⁸⁾.

- **Documentários/filmes**

Os documentários ou filmes sobre a situação das pessoas LGB nos países de origem podem constituir uma forma eficaz de abordar situações complexas e, muitas vezes, têm um valor «pedagógico» considerável ⁽¹²⁹⁾. O sítio *web* da **LGBT net** ⁽¹³⁰⁾ apresenta uma lista de filmes/documentários sobre a vida das pessoas LGBT em vários países do mundo. A «**Movies that Matter**» (filmes que fazem a diferença) ⁽¹³¹⁾ é outra plataforma que permite aceder a filmes e documentários sobre os direitos humanos e a justiça, incluindo a situação das pessoas LGB. A plataforma disponibiliza uma função de pesquisa.

- **Missões de averiguação**

Tal como já foi dito, algumas administrações nacionais competentes em matéria de asilo (geralmente as unidades de IPO) dos países da UE+ efetuam missões de averiguação com o intuito de recolher informações específicas sobre a situação das pessoas LGB. Uma vez, as missões centram-se exclusivamente nessa temática, noutras, o tema é apenas um entre muitos outros.

As missões constituem uma oportunidade para recolher informações no terreno e para criar e/ou reforçar uma **rede de contactos**. Em alguns casos, podem ter limites de duração, localização, número e tipo de entrevistados, mas ainda assim permitem recolher informações preciosas. Noutros casos, os entrevistados das ONG locais fazem parte de uma rede nacional e têm amplas informações para dar sobre a situação noutras zonas do país ⁽¹³²⁾.

Devido à sensibilidade de que este tema se reveste em alguns países, a recolha de informações no terreno e a apresentação de relatórios a seu respeito podem revelar-se difíceis. O LIFOS — Centro de Informação e Análise sobre os Países de origem (a unidade de IPO da Agência de Imigração Sueca) — identificou as seguintes dificuldades ou limitações ⁽¹³³⁾:

- **Elaborar relatórios sobre as normas:** embora o acesso a informações sobre a legislação e sua aplicação seja geralmente fácil, a recolha de informações sobre a religião, a escola, a família, as normas sociais/de género e as relações íntimas pode ser muito mais difícil.
- **Escolher a terminologia adequada:** os termos têm significados diferentes nos diversos países, ou mesmo em contextos diferentes dentro do mesmo país. Antes da missão de averiguação as delegações, devem ser instruídas quanto à terminologia a utilizar e referi-la explicitamente quando elaboram o relatório correspondente.
- **Pôr em risco as pessoas/comunidades LGBT:** falar de questões LGBT, em alguns contextos, pode prejudicar os contactos locais ou as comunidades LGBT existentes no país.
- **Conclusões desequilibradas:** A informação recolhida nem sempre é representativa de todas as situações existentes a nível local, pois as delegações têm mais facilidade em obter informações relativas a pessoas instruídas e de meios urbanos. Além disso, as informações referem-se geralmente a homens gay, excluindo as lésbicas e outras pessoas LGBT.
- **Língua:** Por vezes, é difícil traduzir as anotações das entrevistas do inglês para a língua nacional porque as palavras podem adquirir significados e conotações diferentes de uma língua para a outra ⁽¹³⁴⁾.

⁽¹²⁸⁾ O Instituto Dinamarquês para os Direitos Humanos publicou um relatório exaustivo sobre as minorias sexuais e de género em África. Ver: Danish Institute for Human Rights, *Getting to Rights*, 2014, (<http://www.humanrights.dk/publications/getting-rights>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹²⁹⁾ EASO, *Workshop sobre IPO e pessoas LGBTI*, realizado em 20 e 21 de maio de 2014.

⁽¹³⁰⁾ LGBT Net, *Magazines, books and films* [página web], n.d. (http://www.lgbt.net/dk/database/cat_view/37-all-documents/48-magazines-books-and-films), acedida em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹³¹⁾ Movies that Matter [sítio web], n.d. (http://www.moviesthatmatter.nl/english_index), acedido em 3 de dezembro de 2014. A «Movies that Matter» seguiu as pisadas do Festival de Cinema da Amnistia Internacional, constituindo uma plataforma internacional para filmes importantes sobre direitos humanos e justiça social.

⁽¹³²⁾ Foi o que aconteceu na missão de averiguação no Uganda, realizada pelo Serviço de Imigração Dinamarquês e pelo Conselho Dinamarquês para os Refugiados em 2013. Ver: DIS/DRC, *Situation of LGBT persons in Uganda, fact finding mission to Kampala, Uganda from 16 to 25 June 2013*, janeiro de 2014, (<https://www.nyidanmark.dk/NR/rdonlyres/C0BC7D6B-C3E0-46DA-B151-EA7A28E4362F/0/SituationofLGBTpersonsUgandaFinal.pdf>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹³³⁾ Swedish Migration Board, Lifos, mensagem de correio eletrónico, dezembro de 2014.

⁽¹³⁴⁾ Por exemplo, há contextos locais em que o termo «homens gay» é menos depreciativo do que «homens homossexuais», mas quando traduzido para o sueco, os termos suecos para «homens gay» parecem ser mais preconceituosos do que os para «homens homossexuais».

O LIFOS realizou duas missões de averiguação em 2014 sobre a situação das pessoas LGBT, uma na Nigéria (11 a 15 de maio de 2014) ⁽¹³⁵⁾ e uma no Uganda (6 a 9 de maio de 2014), tendo adotado duas abordagens distintas. No Uganda, a delegação não contactou organismos governamentais nem organizações religiosas por ter sido informada de que o mero contacto com os mesmos poderia «prejudicar» a comunidade LGBT. Na Nigéria, o LIFOS entrevistou a maioria das fontes disponíveis sobre direitos humanos e questões LGBT, incluindo as questões LGBT ⁽¹³⁶⁾.

- **Fontes orais**

Quando um investigador de IPO não consegue obter informações através de uma missão de averiguação, ou quando há poucas informações escritas disponíveis, será útil contactar fontes orais por correio eletrónico, telefonicamente ou em encontros presenciais.

Todavia, as fontes orais podem ser difíceis de encontrar. Em certos países de origem, se não existirem organizações que defendam abertamente as pessoas LGB poderá ser muito difícil identificar uma fonte local que o faça veladamente. Existem **várias estratégias** para resolver esse problema.

Tal como se disse na secção sobre redes sociais e missões de averiguação, há que ter um cuidado constante para não pôr em risco as fontes orais, ao contactá-las para darem informações sobre questões LGB.

- * **Como encontrá-las?**

Já foi referido em secções anteriores que algumas ONG especializadas, como a ILGA, na sua lista de organizações LGBTI ⁽¹³⁷⁾, fornecem informações e contactos de grupos locais. Outras ONG especializadas em questões LGB – sejam elas nacionais, regionais ou sedeadas em países vizinhos – podem ajudar a encontrar contactos locais. O mesmo se aplica às revistas LGB, que possuem muitas vezes correspondentes locais. Os relatórios sobre a situação das pessoas LGB também podem indicar nomes de organizações locais, como é o caso do Relatório da ORAM sobre Países de Origem relativo às minorias sexuais e de género no Uganda ⁽¹³⁸⁾. As redes sociais, como se disse, podem servir para encontrar organizações locais e os respetivos contactos.

Noutros casos, é possível encontrar fontes orais através das **organizações de luta contra o VIH/sida**. Em muitos países onde é tabu falar das questões LGB, o tema pode ser, em alguma medida, abordado do ponto de vista médico/da saúde. Todas essas organizações possuem uma componente (explícita ou implícita) referente aos «homens que têm relações sexuais com homens» e, por isso, conhecem a situação das pessoas LGB ou alguém que está ao corrente da mesma. Importa não esquecer que, nos países onde o tema é tabu, algumas pessoas podem ficar muito desconfiadas ou desconfortáveis ao abordá-lo. Uma estratégia possível é contactar esses profissionais através de terceiros, por exemplo uma organização que apoie e financie algumas das suas atividades. Uma organização europeia de defesa dos direitos das minorias sexuais e de género e/ou uma organização de luta contra o VIH/sida, que financiem atividades em países africanos ou do Médio Oriente, podem, por exemplo, encaminhar o investigador para uma fonte local. O «Centre de ressources francophones sur le VIH/sida en Afrique» (Centro de recursos francófonos sobre o VIH/sida na África), por exemplo, fornece uma lista de ONG locais africanas que trabalham neste domínio ⁽¹³⁹⁾.

Por vezes, as **organizações locais de defesa dos direitos humanos** estão em condições de prestar informações sobre a situação das pessoas LGB, mas nem sempre o fazem porque as informações que fornecem (ou omitem) podem ser fortemente afetadas pelos tabus dominantes. Além do mais, há países que agora criminalizam o mero debate desse tema. Não se deve, por isso, presumir que o desconhecimento ou o silêncio sobre os problemas é um indício de que eles não existem.

Os **colegas que trabalham na recolha de IPO** noutras administrações nacionais competentes em matéria de asilo da UE+ são outros parceiros potencialmente úteis na busca de mais informações e/ou de possíveis fontes orais.

Refira-se que, geralmente, a identificação de uma fonte produz um efeito de bola de neve: a primeira fonte liga o investigador a uma ou duas outras fontes e assim por diante.

⁽¹³⁵⁾ Swedish Migration Agency, Lifos, *Nigeria. Den kulturella kontexten för hbt-personer*, 18 de dezembro de 2014, (<http://lifos.migrationsverket.se/dokument?documentSummaryId=33781>), acedido em 29 de janeiro de 2015.

⁽¹³⁶⁾ Swedish Migration Agency, Lifos, mensagem de correio eletrónico, dezembro de 2014.

⁽¹³⁷⁾ ILGA, ILGA's Directory of LGBTI and Allied Organizations [página web], n.d. (<http://ilga.org/directory/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹³⁸⁾ Do apêndice do relatório consta uma lista de organizações LGBTI e de defesa dos direitos humanos no Uganda. Ver: ORAM, *Country of Origin Report — Sexual and Gender Minorities — Uganda*, outubro de 2014, (http://www.oraminternational.org/images/stories/PDFs/Countryoforigin_report.pdf), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹³⁹⁾ ELSA, Centre de ressources francophones sur le VIH/sida en Afrique [sítio web], n.d. (<http://www.plateforme-elsa.org/>), acedido em 19 de fevereiro de 2015.

* *Como contactá-las?*

Nos locais onde o assunto LGB é tabu, ainda é mais importante que o investigador faça um telefonema em lugar, ou em complemento, de uma mensagem de correio eletrónico. Nesse contacto, é essencial que reserve tempo para **explicar claramente** para que **organização** o investigador IPO trabalha e com que **finalidade** está a recolher informações.

O investigador não deve esquecer que as pessoas contactadas podem utilizar uma **terminologia** diferente da sua e, como foi referido no capítulo 2 relativo à terminologia, algumas fontes podem evitar os termos «homossexual» ou «LGB» por considerá-los negativos e/ou de natureza «ocidental». Para recolher as informações mais corretas e úteis, o investigador deve descrever em palavras claras e inequívocas a informação que procura e estar atento às sensibilidades e terminologia locais, que são essenciais para entender cabalmente a situação.

Quando se contacta alguém, também é importante **verificar os seguintes aspetos**:

- Alguma parte das informações obtidas é confidencial?
- O nome da fonte pode ser mencionado num documento público? Deve explicar-se à fonte o significado de «público» no país do investigador: o documento ficará disponível na Internet ou será unicamente utilizado pelas autoridades competentes ou por outras partes interessadas nos processos de asilo?
- Se a pessoa quiser manter o anonimato, é possível citar a organização a que pertence? Se não for, pode descrever-se a organização e, em caso afirmativo, de que modo?

Se a informação for transmitida **por telefone ou num encontro presencial**, é boa prática:

- ✓ enviar à fonte uma transcrição da conversa para que ela a valide;
- ✓ verificar com a fonte se as informações fornecidas na transcrição estão corretas;
- ✓ certificar-se de que é seguro divulgar a informação.

Nos países onde as pessoas LGB são reprimidas e a homossexualidade ou a defesa das pessoas LGB criminalizadas, as fontes e as suas organizações podem ficar em perigo se forem abertamente citadas.

5. Instrumentos de investigação, controlo e partilha de informações

Palavras-chave/Termos de pesquisa

Muitas vezes, na investigação de IPO, a utilização de termos de pesquisa relevantes, bem como o seu alargamento ou restrição, são essenciais para produzir resultados. Quando se investiga a situação das pessoas LGB nos países de origem, este aspeto ainda é mais essencial, devido à diversidade de termos utilizados, como se disse no capítulo 2 («Terminologia»).

Inicialmente, é recomendável utilizar os termos de aceção mais lata, quando se empreende uma investigação desse tipo num país de origem específico, nomeadamente:

- ✓ homossexual;
- ✓ gay (homem/homem);
- ✓ lésbica;
- ✓ LGB, LGBT, LGBTI;
- ✓ orientação sexual.

Esta primeira etapa poderá ajudar a definir o melhor caminho a seguir e a identificar conceitos mais específicos e locais, que permitam restringir a pesquisa. Nem todas as línguas têm termos comparáveis aos acima mencionados e é mesmo possível que não existam palavras locais que os traduzam.

Os operadores de pesquisa (E, NÃO, caracteres variáveis, truncagens) podem ser úteis para fazer face a essas variações dos conceitos e expressões. Por exemplo, com as funções de pesquisa dos portais de IPO Ecoi.net ⁽¹⁴⁰⁾, Refworld ⁽¹⁴¹⁾ e Common European COI Portal ⁽¹⁴²⁾, o asterisco * inserido num termo de pesquisa ou colocado no final do mesmo procurará variações ortográficas ou formais das palavras.

—▶ Por exemplo, **homo***, extrairá documentos que contenham os seguintes termos: *homossexual, homossexuais, homossexualidade, homofóbico, homofobia, homoerótico*, bem como as palavras alemãs *homosexuell, Homosexualität*, a palavra francesa *homosexuels*, etc. No entanto, também devem incluir-se na cadeia de pesquisa outros termos relevantes, como «homens gay» ou «homem gay».

—▶ Ao procurar informações sobre lésbicas, uma pesquisa com o termo **lesb*** obterá documentos que contenham as palavras: «lésbica», «lésbicas», o termo francês «lesbienne», os alemães «lesbe» e «lesbisch», etc.

Note-se que a Ecoi.net permite uma «**pesquisa moderada**» que ajuda a restringir ou alargar uma pesquisa. Quando o utilizador procura uma palavra incluída no tesouro IPO, a «pesquisa moderada» sugere termos mais amplos, mais restritos ou afins. No Refworld, o operador de pesquisa utiliza a «**pesquisa assistida**» para encontrar correspondências entre diferentes ortografias e variações de palavras.

Para mais informações sobre **operadores de pesquisa**, ver: Cruz Vermelha Austríaca/Accord, *Researching Country of Origin Information — Training Manual*, edição 2013, outubro de 2013 (<http://www.coi-training.net/handbook/Researching-Country-of-Origin-Information-2013-edition-ACCORD-COI-Training-manual.pdf>).

⁽¹⁴⁰⁾ Ecoi.net [portal], n.d. (<http://www.ecoi.net/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁴¹⁾ Ver ACNUR, Refworld [portal], n.d. (<http://refworld.org/>), acedido em 3 de dezembro de 2014.

⁽¹⁴²⁾ EASO, Common European COI Portal [portal], n.d. (<http://easo.europa.eu/coiportalnotice/>).

Ferramentas em linha

A fim de conferir maior eficácia à pesquisa, podem utilizar-se as seguintes ferramentas em linha específicas ⁽¹⁴³⁾:

- a **pesquisa personalizada**, como a *Google Custom Search*, permite restringir a pesquisa a fontes *web* selecionadas;
- os **serviços de alerta**, como os alertas do Google e do Yahoo, possibilitam um acompanhamento das situações num determinado domínio, em países de interesse específicos, através da predefinição das pesquisas com palavras-chave selecionadas, uma região ou um país, ou uma língua. Posteriormente, o investigador receberá atualizações regulares. Muitos serviços noticiosos relativos aos gay, como o Gay Star News e o Pink News, permitem que as pessoas se registem para os serviços de alerta;
- o **RSS** (Really Simple Syndication) prevê a subscrição das atualizações de sítios *web* selecionados;
- as **ferramentas de *bookmarking* social**, como os sítios Delicious ou Diigo, permitem que os utilizadores reorganizem os marcadores e partilhem fontes de informação com outras pessoas;
- com o **Twitter/Facebook** é possível acompanhar as últimas notícias publicadas por determinados investigadores ou organizações.

Note-se que a especificação da ligação *web* no campo de pesquisa, após a palavra-chave, por exemplo, LGBTI: <http://www.refworld.com>, serve para restringir uma pesquisa no Google.

Para mais informações relativas às **ferramentas de IPO em linha**, ver: EASO, *Tools and Tips for Online COI Research*, EASO Practical Guide Series, junho de 2014 (<http://easo.europa.eu/wp-content/uploads/Tools-and-tips-for-online-COI-research2.pdf>).

Outras ferramentas

Muitas vezes, os investigadores de IPO dos países da UE+ trabalham em temas semelhantes sem o saberem. É possível que alguns tenham efetuado entrevistas importantes com peritos sobre a situação das pessoas LGB, ou participado em conferências interessantes que poderiam ser úteis a outros investigadores que trabalhem sobre o mesmo tema e os mesmos países de origem. Algumas unidades de IPO organizam missões de averiguação nos mesmos países de origem, com poucas semanas ou meses de intervalo, sem terem disso conhecimento.

No *workshop* realizado pelo EASO em maio de 2014, identificaram-se vários métodos para aumentar a partilha de informações, alguns dos quais já estão a ser aplicados.

Listas de fontes comuns: a partilha de produtos de IPO entre os países da UE+ está muitas vezes limitada pela utilização de línguas nacionais, apesar de muitas fontes consultadas e/ou utilizadas pelos investigadores de IPO estarem em inglês. Embora as principais fontes consultadas ou utilizadas por um investigador IPO devam figurar no fim da versão final do documento (na bibliografia), há muitas mais que talvez não sejam mencionadas por motivos de concisão. Compiladas numa lista à parte, estas fontes podem ser um elemento de informação útil e fácil de partilhar. O **anexo do presente guia**, ainda que não se refira especificamente a nenhum país de origem, constitui um exemplo de uma lista de ligações *web* que podem ser partilhadas, a qual será regularmente atualizada. Convidam-se os países da UE+ a sugerir novas fontes para complementar a lista.

Uma lista comum de produtos de IPO nacionais sobre a situação das pessoas LGB (planeados, em curso, concluídos): esta lista já está disponível no Portal de IPO Europeu Comum e é atualizado sempre que necessário. Convidam-se os países UE+ a comunicar ao EASO os novos elementos adicionados.

Workshops sobre países de origem específicos: quando necessário, o EASO organizará *workshops* sobre a situação das pessoas LGB em países de origem específicos, a fim de partilhar experiências e conhecimentos.

Divulgação de informações sobre conferências/reuniões: a secção de notícias do Portal IPO pode servir para o efeito. Qualquer país da UE+ pode contactar o EASO para informar os outros países a respeito de tais eventos ⁽¹⁴⁴⁾. Se as informações fornecidas numa conferência forem públicas, os investigadores de IPO que participarem na conferência e apresentarem relatórios do que nela se passou às respetivas administrações nacionais poderão partilhar estas informações com os seus homólogos europeus. As informações podem ser armazenadas no portal IPO.

⁽¹⁴³⁾ As referências a tecnologias em linha específicas são feitas a título de exemplo. O EASO não recomenda quaisquer ferramentas específicas.

⁽¹⁴⁴⁾ É favor contactar: easo-cida@easo.europa.eu.

Partilha das transcrições/resumos das entrevistas com peritos: devido à escassez de peritos sobre questões LGB nos países de origem, a «utilização» do mesmo perito por vários investigadores de IPO pode causar a chamada «fadiga da fonte» (ou seja, os peritos podem sentir que são contactados com excessiva frequência sobre questões semelhantes). Os investigadores de IPO que entrevistam peritos COI sobre a questão dos LGB num determinado país, ou que participam numa conferência sobre o tema (ver supra), podem partilhar as respetivas transcrições com os seus homólogos. No entanto, devem certificar-se de que as informações fornecidas pelos peritos não contêm dados confidenciais e de que eles acedem a partilhá-las com os seus homólogos neste domínio. Os peritos devem também indicar claramente se as informações podem figurar em documentos públicos.

Elaboração de um relatório da União Europeia comum ou «europeizar» os relatórios nacionais. Há várias opções possíveis:

* Se diversos países da UE+ sentirem necessidade de um relatório específico sobre as pessoas LGB, o EASO pode pedir aos países da UE+ que possuem conhecimentos especializados sobre o país em causa para enviarem os seus contributos. Estes ponderarão, então, depois de terem em conta os recursos disponíveis, se devem ou não partilhar esses conhecimentos com outros países da UE+ sob a forma de um produto de IPO a nível da União (elaborado de acordo com a metodologia do EASO e sujeito a uma análise pelos pares efetuada por um grupo *ad hoc*).

* Se um produto de IPO sobre as pessoas LGB for planeado por um ou mais países da UE+ a nível nacional, e se preencher as necessidades de um número de países significativo, poderá dar lugar a um produto do EASO (elaborado de acordo com a metodologia do EASO e sujeito a uma análise pelos pares efetuada por um grupo *ad hoc*).

Exemplos de práticas/ferramentas nacionais

Seguem-se alguns exemplos de práticas/ferramentas de IPO nacionais (utilizadas pelas autoridades nacionais competentes em matéria de asilo da UE+), apresentados no *workshop* do EASO sobre IPO e LGBTI, em maio de 2014.

- **Projeto de harmonização de IPO sobre LGB (Bélgica, Comissariado-Geral para os Refugiados e Apátridas, CGRA/Cedoca)**

O objetivo do «projeto de harmonização de IPO sobre LGB» é harmonizar o tratamento dos casos relacionados com pessoas LGB e aumentar a objetividade com que esses casos são analisados. No âmbito deste projeto, foi elaborado um **modelo**, que inclui um **índice normalizado** e uma **lista de fontes**, a utilizar neste tipo de produtos de IPO (ver capítulo 3).

Foram ainda identificados **indicadores de pesquisa** para classificar os países em duas grandes categorias (países onde as pessoas LGB enfrentam «perseguição em grupo» e países onde constituem um «grupo vulnerável»), tendo em vista harmonizar as práticas de decisão.

- **Grupo focal sobre LGBTI (França, Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides, OFPRA/DIDR)**

O **grupo focal sobre LGBTI** funciona como *interface* entre os decisores políticos, os investigadores de IPO e os juristas da OFPRA. O seu objetivo é permitir que a unidade de IPO seja mais sensível, mais eficiente e mais adaptável às necessidades dos utilizadores finais. A unidade de IPO da OFPRA (Division de l'information, de la Documentation et de la Recherche, DIDR) elaborou fichas informativas concisas sobre a situação das pessoas LGB em vários países de origem.

- **Diretrizes internas (Suécia, Agência de Imigração Sueca/LIFOS)**

A abordagem em matéria de IPO e LGB adotada por este serviço segue as recomendações do relatório *Unknown people. The vulnerability of sexual and gender identity minorities and The Swedish Migration Board's Country of Origin Information System* («Gente desconhecida. A vulnerabilidade das minorias sexuais e de identidade género e o sistema de informações relativas aos países de origem do Serviço de Imigração Sueco») (janeiro de 2010) ⁽¹⁴⁵⁾. O relatório revelou que a falta de informações qualitativas sobre as condições de vida das pessoas LGB leva frequentemente a que os produtos de IPO são demasiado gerais, obscuros e desatualizados, utilizando fontes insuficientes e desequilibradas.

⁽¹⁴⁵⁾ Swedish Migration Board, *Unknown people — The vulnerability of sexual and gender identity minorities and The Swedish Migration Board's Country of Origin Information system*, janeiro de 2010.

Mostrou igualmente que, em regra, as informações sobre as pessoas LGB estão centradas nos homens gay e que as «fontes LGB» nem sempre representam todas as pessoas em causa. Com base nestas conclusões, o Serviço de Imigração Sueco recomendou várias etapas a seguir na investigação da situação das pessoas LGB:

- ✓ Identificar normas e diferenças no país de origem.
- ✓ Determinar se o Estado persegue as pessoas LGB.
- ✓ Se não as persegue, determinar os problemas que existem quanto à proteção governamental das pessoas.
- ✓ Determinar os problemas que lhes coloca a sociedade e os atores não estatais.

Importa referir que o **Ministério da Administração Interna do Reino Unido** publicou instruções recentes sobre as «Questões de Identidade Sexual no Pedido de Asilo», que fornecem orientações sobre o tratamento a dar a este tema nos relatórios de informação sobre os países de origem ⁽¹⁴⁶⁾.

⁽¹⁴⁶⁾ UK, Home Office, *Sexual Identity Issues in the Asylum Claim*, 11 de fevereiro de 2015.

6. Limitações da investigação

Quando há pouco tempo disponível

Um investigador de IPO pode não ter tempo suficiente para realizar uma investigação aprofundada e, por isso, não ser capaz de documentar os tópicos mencionados no índice sugerido e de verificar uma grande variedade de fontes. A solução mais evidente consiste em fornecer à entidade que solicitou informações relatórios pormenorizados e recentes produzidos pela unidade de IPO de outra autoridade competente em matéria de asilo ou por organizações (não-governamentais), mas esses relatórios nem sempre estão disponíveis.

Na secção seguinte apresentam-se orientações para investigadores cujo trabalho está sujeito a prazos apertados.

- ✓ Mencione na introdução a **pergunta específica que está a investigar**, bem como o **prazo limitado** que lhe foi concedido. Idealmente, deverá apresentar um resumo das fontes consultadas (ver capítulo 3) e deve dizer claramente que a investigação não pode ser considerada exaustiva.
- ✓ **Perguntas de pesquisa** que devem ser verificadas, no mínimo:
 - a) **Quadro jurídico**: Existem leis contra os atos/comportamentos homossexuais?
 - b) **Aplicação da lei**: Há casos de detenção, acusação e prisão de pessoas LGB? É comum que tal aconteça? As pessoas LGB que foram ameaçadas ou vítimas de atos violentos podem recorrer às autoridades e beneficiar da proteção do Estado?
 - c) **Tratamento por parte de atores estatais**: As pessoas LGB estão sujeitas a discriminação, exclusão, extorsão, insultos, intimidação, assédio, ameaças, agressão, violência, chantagem ou outras ações por parte das autoridades e, em caso afirmativo, em que medida?
 - d) Se o tempo o permitir: Como são as pessoas LGB tratadas pelos **atores não estatais**?
- ✓ **Fontes**.

Relativamente à alínea **a)** (quadro jurídico), o Relatório da ILGA intitulado «Homofobia Patrocinada pelo Estado»⁽¹⁴⁷⁾ constitui uma boa referência, mas é sempre aconselhável verificar também o código penal do país em questão.

Quanto às alíneas **b)**, **c)** e **d)**, serão úteis as fontes gerais e, ocasionalmente, os relatórios anuais e/ou específicos das organizações de defesa dos direitos humanos. A Refworld⁽¹⁴⁸⁾ e a Ecol.net⁽¹⁴⁹⁾ costumam conservar os relatórios e artigos mais recentes sobre as pessoas LGB. Uma simples pesquisa no Google muitas vezes conduz rapidamente a ligações úteis, utilizando palavras-chave/termos de pesquisa como «homossexual», «gay», «lésbica» e «LGB(T)(I)» (ver capítulo 5). Os relatórios regionais também contêm, normalmente, informações a nível nacional. Se o país em causa tiver ONG nacionais que se ocupam desta questão, é possível verificar se elas publicaram relatórios ou artigos recentemente.

Para que nenhuma alteração e/ou incidentes recentes passem despercebidos, é aconselhável fazer uma pesquisa por país em sítios *web* especializados. O capítulo 4 e o anexo II sugerem várias fontes que dão acesso a tais sítios.

Quando se encontram poucas ou nenhuma informações

Em relação a alguns países, há muito poucas informações disponíveis a respeito das pessoas LGB, o que pode dever-se quer à ausência de notícias, por o tema ser altamente tabu, quer à inexistência de publicações impressas e/ou disponíveis na Internet, numa língua que o investigador de IPO conheça.

Quando não forem encontradas informações sobre um determinado tema, ou estas forem reduzidas, é importante referir este facto e fazer uma **descrição das tentativas** efetuadas para as encontrar. Poderá ser aconselhável especificar também, numa **declaração de exoneração de responsabilidade**, que a limitação ou a falta de informações não devem ser conclusivas quanto aos méritos do pedido. Tal como já foi dito (capítulo 3), na **introdução** pode chamar-se a atenção do leitor para certas questões que podem ser pertinentes, como, por exemplo, uma falta generalizada de informação (pública) sobre o tema ou a excessiva concentração das IPO num grupo específico de pessoas, designadamente os homens gay jovens que vivem em meios urbanos. Se possuir essa informação contextual, o leitor estará mais preparado para compreender os resultados da investigação.

⁽¹⁴⁷⁾ ILGA, *State Sponsored Homophobia Report* [página web], n.d.

⁽¹⁴⁸⁾ Ver ACNUR, Refworld [portal], n.d.

⁽¹⁴⁹⁾ Ecol.net [portal], n.d.

Anexo I: Lista de verificação da investigação e da qualidade

Tal como se disse no capítulo 4, na investigação da situação das pessoas LGB devem respeitar-se os mesmos princípios e normas de qualidade aplicados a qualquer outra investigação de IPO, mas também devem ter-se em conta orientações específicas.

Na lista de verificação a seguir apresentada resumem-se os elementos fundamentais a ter em conta numa investigação sobre a situação das pessoas LGB, remetendo, relativamente a cada um deles, para o capítulo do guia correspondente. Os critérios de qualidade indicados na lista de verificação devem ser lidos em conjunto com as normas gerais de qualidade das IPO enunciadas na **Metodologia de elaboração de relatórios IPO do EASO e nas Common EU Guidelines for processing country of origin information (COI)** ⁽¹⁵⁰⁾.

LISTA DE VERIFICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E DA QUALIDADE (não exaustiva)	
Perguntas	Capítulos
Compreendo bem a terminologia em causa?	2
Verifiquei se é utilizada alguma terminologia local específica?	2
Utilizei todos os termos de pesquisa possíveis?	2 e 5
Esgotei todas as perguntas de pesquisa (consultei a lista de perguntas de pesquisa indicadas no guia)?	3
Consultei algumas das fontes referidas no anexo II?	4 e anexo II
Utilizei fontes diversificadas, designadamente:	4 e anexo II
✓ Governamentais	4 e anexo II
✓ ONG gerais	4 e anexo II
✓ ONG especializadas (LGB)	4 e anexo II
✓ ONG locais	4 e anexo II
✓ Organismos das Nações Unidas	4 e anexo II
✓ Organismos da União Europeia	4 e anexo II
✓ Universidades/Institutos ou centros de investigação	4 e anexo II
✓ Meios de comunicação social (generalistas e específicos)	4 e anexo II
✓ Revistas de ciências sociais/Revistas ou estudos médicos (VIH/sida)	4 e anexo II
✓ Portais de IPO	4 e anexo II
✓ Redes sociais	4 e 5
Quando necessário, utilizei outras fontes, que não as em linha, designadamente:	4
✓ Livros	4
✓ Conferências/workshops	4
✓ Documentários/filmes	4
✓ Relatórios/conclusões das missões de averiguação	4
✓ Fontes orais	4
Recorri a fontes de informação alternativas, designadamente:	4
✓ Fontes relacionadas com o setor da saúde (revistas, organizações, etc.)	
Para procurar fontes locais:	4
✓ Recorri a organizações (locais) de luta contra o VIH/sida?	4
✓ Recorri a organizações especializadas em questões LGB?	4
✓ Recorri a meios de comunicação social sobre questões LGB (correspondentes locais)?	4
Verifiquei, na medida do possível, a fiabilidade das fontes?	4
Caso tenha recorrido a fontes LGB especializadas, verifiquei se elas representam todas as pessoas LGB?	4

⁽¹⁵⁰⁾ EASO, *Country of Origin Information Report Methodology*, julho de 2012. União Europeia, *Common EU Guidelines for processing Country of Origin Information (COI)*, abril de 2008.

LISTA DE VERIFICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E DA QUALIDADE (não exaustiva)	
Perguntas	Capítulos
Caso tenha contactado uma fonte oral:	4
✓ Certifiquei-me, antes de a contactar, que ela não ficaria em risco por ser contactada?	4
✓ Prestei atenção às sensibilidades e terminologia locais antes de contactar a fonte?	3 e 4
✓ Reservei tempo para explicar claramente para que organização trabalho e para que fins estou a recolher informações?	4
✓ Descrevi em termos claros e inequívocos qual é a informação que procuro?	4
✓ Verifiquei se as informações fornecidas pela fonte são confidenciais?	4
✓ Verifiquei se o nome da fonte pode ser mencionado no documento de IPO?	4
✓ Se a pessoa deseja manter o anonimato, perguntei-lhe se a organização a que pertence pode ser citada? Se não puder, perguntei-lhe se a organização pode ser descrita e, em caso afirmativo, de que modo?	4
✓ Se a informação foi dada pelo telefone ou pessoalmente, enviei uma transcrição da conversa?	4
Contactei colegas de outras unidades de IPO?	4 e 5
Verifiquei a lista de produtos IPO/LGB planeados, em curso ou concluídos, que está disponível no Portal IPO do EASO?	4 e 5
No meu produto IPO final, incluí uma introdução/declaração de exoneração de responsabilidade com os seguintes elementos:	3 e 6
✓ Âmbito do relatório	
✓ Fontes utilizadas e possíveis limitações	
✓ Limitações de tempo	
✓ Terminologia	
No meu produto IPO final, a língua utilizada é neutra (imparcial) e objetiva (não influenciada por opiniões, emoções, preconceitos, etc.)?	Introdução
Todas as informações fornecidas no relatório estão referenciadas (nas notas de rodapé)?	
Todas as informações fornecidas no relatório estão integralmente referenciadas na bibliografia?	
A qualidade do meu produto de IPO foi verificada por terceiros?	

Anexo II: Lista das fontes

A lista que se segue é uma compilação de sítios *web* que fornecem informações sobre LGB (lésbicas, homossexuais e bissexuais). Embora o presente guia se centre nas lésbicas, gays e bissexuais, a lista abrange fontes que incluem as pessoas transexuais e intersexuais. Todos os *links* foram acedidos entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015. A lista está disponível apenas em inglês.

A lista foi dividida em várias partes:

- Specialised NGOs
- Specialised platforms/networks/portals
- Specialised regional NGOs Africa
- Specialised regional NGOs Asia
- Specialised regional NGOs Europe
- Specialised regional NGOs Latin America
- Non specialised NGOs
- Non specialised portals
- Health-related organisations
- European bodies
- UN organisations
- National asylum administrations
- Universities – Research centres/institutes
- Media (Specialised and non-specialised)
- Blogs
- Others

Under each subsection, the listing is provided in **alphabetical order**.

A list of local LGB NGOs by country of origin is not included as this would have constituted a lengthy collection. However, links to regional organisations that give information on the situation of LGB in Africa, Asia, Europe and Latin America are provided.

All sources of information, and each piece of information provided by these sources, have to be assessed carefully by COI researchers.

The list below list is not exhaustive. If you wish to contribute to it, kindly send your suggestions to: EASO-CIDA@easo.europa.eu. The list will be updated accordingly.

Specialised NGOs

Name	Brief description	Useful features
Advocates for Informed Choices (AIC) http://aiclegal.org/	US organisation with coordinated strategy of legal advocacy for the rights of children with intersex conditions or differences of sex development (DSDs)	Newsletter Annual report Blog
ARC International http://arc-international.net/ ARC SOGI Listserv http://arc-international.net/network-development/electronic-networking	Canadian non-profitmaking organisation working to advance LGBT rights	Links to other NGOs Links to UN documents Bulletin (news) A forum focusing on discussions and strategies related to sexuality, sexual rights, sexual orientation, gender, gender identity and gender expression
Bisexual.org http://bisexual.org/	Project designed to give a voice to the bisexual community, share accurate information, answer questions, and provide resources for further learning	Publications (books, research, fact sheets, videos) Blog
Female to Male International (FTMInternational) http://www.ftmi.org/	Organisation providing information and resources on female-to-male transition (legal rights, health)	Legal information
Human Dignity Trust http://www.humandignitytrust.org	Human rights organisation working for the global decriminalisation of sexual identity	Information by country (law) Search function to retrieve case-law, legal analysis, UN/regional human rights mechanisms
Human Rights Campaign http://www.hrc.org http://www.hrc.org/topics/international	US civil rights organisation working to achieve equality for lesbian, gay, bisexual and transgender people	Contains an international page with news, reports, maps of various countries
(The) Interface Project http://www.interfaceproject.org/	Stories of people around the world living with intersex traits — or variations of sex anatomy — under the banner ‘No body is shameful’	
International Gay and Lesbian Human Rights Commission (IGLHRC) http://iglhrc.org/http://iglhrc.org/content/international-documentation-sexual-orientation-and-gender-identity-sogi	International human rights organisation dedicated to improving the lives of people who experience discrimination or abuse on the basis of their sexual orientation, gender identity or expression	Information by country Publications (country reports, shadow reports, newsletters, etc.) International documentation page with links to UN reports/NGO statements Directory of organisations Index of laws Links to other sources
International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA) http://ilga.org/	Worldwide federation of 1 100 member organisations from 110 countries campaigning for lesbian, gay, bisexual, trans and intersex rights	Twice-yearly updated world report <i>State-sponsored homophobia</i> Information per country

Name	Brief description	Useful features
Kaleidoscope Trust http://kaleidoscopetrust.com/ http://kaleidoscopetrust.com/resources/	UK-based charity working to uphold the human rights of lesbian, gay, bisexual and transgender people internationally	Links to several reports/studies News (Archive) Search function
Micro Rainbow International http://www.micro-rainbow.com/	NGO addressing the situation of poverty of LGBTI internationally	Reports Miniblogs
Organization for Refuge, Asylum and Migration (ORAM) http://www.oraminternational.org/ http://portal.oraminternational.org/	International organisation devoted to advocating for LGBTI refugees	Reports on specific countries News Search function Online portal
Other Sheep http://www.othersheep.org/	Multicultural, ecumenical, non-profitmaking Christian ministry working worldwide for the full inclusion of LGBT people	Information by region News
StopIGM.org Stop Intersex Genital Mutilations In Children's Clinics http://stop.genitalmutilation.org/	International human rights NGO of survivors and allies fighting intersex genital mutilations (IGMs) in children's clinics	Search function

Specialised platforms/networks/portals

Name/Web link	Brief description	Useful features
GayLawNet http://www.gaylawnet.com/laws/laws.htm	Website maintained by a retired Australian lawyer	General information Law news, articles, papers
Global Gayz http://www.globalgayz.com	Travel, culture and LGBT rights website focused on les-bi-gay-trans life	Information by country Search function by country
LGBT Net http://www.lgbtnet.dk/	Provides Danish organisations and others working in international development with knowledge about LGBTI aspects of development work	Information by country Database of resources searchable by keyword and category (country reports, surveys, magazines, books, films, etc.)
Library of Congress http://www.loc.gov/law/help/criminal-laws-on-homosexuality/african-nations-laws.php	Laws on homosexuality in African nations	A chart on the treatment of homosexuality in the criminal laws of 49 African nations
Organisation Intersex International (OII) http://oiiinternational.com/	Decentralised global network of intersex organisations	Information by region Links to reports Links to conferences/events
Right to asylum guide http://cear-euskadi.org/guia/en/investigacion-sobre-informacion-en-pais-de-origen-2/	Database on gender-based persecution within the framework of asylum	Searchable database by region, topics (including LGBTI), categories (academia, NGOs, UN, etc.)

Specialised NGOs

Specialised regional NGOs — Africa

Name	Brief description	Useful features
African Men for Sexual Health and Rights (AMShEr) http://www.amsher.org/ http://www.amsher.org/category/resources/	Coalition of 18 MSM/LGBTI-led organisations in Africa Focuses on policy, law, health	'Resources' page with links to reports, news, etc.
Africa Regional Sexuality Resource Centre (ARSRC) http://www.arsrc.org/	Part of a Ford Foundation initiative, 'Global Dialogue of Sexual Health and Well-Being'	Magazines Articles Seminar papers
Centre de ressources francophones sur le VIH/sida en Afrique (Plateforme Ensemble luttons contre le sida en Afrique — ELSA) http://www.plateforme-elsa.org/ http://www.plateforme-elsa.org/associations-africaines-du-reseau-elsa/annuaire/ http://www.plateforme-elsa.org/wp-content/uploads/2014/09/AIDES-2014-GuideAssociationsEtSituationsSanitairesPays.pdf	Platform of five French NGOs active in the struggle against AIDS in Africa via the support of local NGOs	List of local LGBT/HIV-AIDS NGOs by country (statistics, description of NGOs, contact details)
Coalition of African Lesbians (CAL) http://www.cal.org.za/	Coalition of 30 organisations in 19 African countries to advance justice for lesbian and bisexual women and transdiverse persons	Reports News Search function
Gay and Lesbian Memory in Action (GALA) http://www.gala.co.za/index.htm	Centre for LGBTI culture and education in Africa	Reports
Gender DynamiX (Transgender) http://www.genderdynamix.org.za/	African-based organisation solely focusing on the transgender community	Research articles/reports Conference presentations and papers
Heinrich Böll Stiftung — East and Horn of Africa http://ke.boell.org/categories/gender	German Green Political Foundation that conducts and supports civic educational activities worldwide. Gender is one of the themes on which the foundation focuses	Links to publications

Specialised regional NGOs — Asia

Name	Brief description	Useful features
Asian and Pacific Islander Queer Women and Transgender Community (APIQWTC) http://www.apiqwtc.org/	Group of Asian and Pacific islander queer women and transgender people in the Bay Area, who are building communities together	Events Resources
Asia Pacific Coalition on Male Sexual Health (APCOM) http://www.apcom.org/	Coalition of members — governments, UN partners, non-profitmaking and community-based organisations — from Asia and the Pacific working together to advocate, highlight and prioritise HIV issues that affect the lives of MSM and transgender people	Reports and other publications Research

Specialised regional NGOs — Europe

Name	Brief description	Useful features
ILGA Europe http://www.ilga-europe.org/home/about_us/members	Worldwide federation of 1 100 member organisations from 110 countries campaigning for lesbian, gay, bisexual, trans and intersex rights	List of LGBTI organisations in 45 European countries

Specialised regional NGOs — Latin America

Name	Brief description	Useful features
Latin American Center on Sexuality and Human Rights (CLAM) http://www.clam.org.br/en/default.asp	The centre aims to produce, organise and disseminate knowledge about sexuality from a human rights perspective in order to help fight gender inequality and contribute to the struggle against the discrimination of sexual minorities in the region	News Publications

Non-specialised NGOs

Name	Brief description	Useful features
Amnesty International — SOGI http://www.amnesty.org/en/sexual-orientation-and-gender-identity	Topical page of Amnesty International website on SOGI	Does not provide links to specific reports (use Amnesty International search function to retrieve information) Terminology Key facts
Democracy Council — LGBTI Global Rights initiative https://democracycouncil.org/lgbt-global-rights-initiative.html	Human rights organisation working in partnership with local activists in Africa, Asia and Latin America to build grassroots movements that promote and protect the rights of populations marginalised because of gender, ethnicity, race, socioeconomic status, gender identity or disability	Reports News Events
Freedom House LGBT Rights (in Southeast Asia) https://www.freedomhouse.org/issues/lgbt-rights#.VS5V9RA2xnk https://www.freedomhouse.org/program/lgbt-rights-southeast-asia#.VS5WZBA2xnl	Independent watchdog organisation dedicated to the expansion of freedom around the world. Freedom House helps LGBTI rights groups in Southeast Asia	Reports
Human Rights Watch (HRW) LGBT rights http://www.hrw.org/topic/lgbt-rights	Topical page of Human Rights Watch website on LGBT	Reports News (LGBT rights) Videos
International Commission of Jurists (ICJ) SOGI UN database http://www.icj.org/sogi-un-database/	NGO working to promote and protect human rights through the rule of law. The website contains a SOGI UN database	Searchable database to retrieve documents from the treaty bodies and special procedures (Human Rights Council/Commission on Human Rights)
Open Society Foundation LGBTI http://www.opensocietyfoundations.org/topics/lgbti	Human rights foundation. Also works to combat discrimination by empowering lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex communities to promote and defend their human rights	Reports Events Articles
Rights in exile programme (ex-Fahamu refugee programme) http://www.refugeelegalaidinformation.org/sexual-orientation-and-gender-identity-lgbti http://www.refugeelegalaidinformation.org/sexual-orientation-and-gender-identity-country-list	Programme created to provide access to knowledge, nurture the growing refugee legal aid and advocacy movement in all countries and encourage active sharing of information as well as expertise among legal practitioners throughout the world	Information by country

Non-specialised portals

Name	Brief description	Useful features
Common European COI portal http://easo.europa.eu/	COI platform for EU+ states national asylum administrations. It provides access to COI from various sources (COI units of national asylum administrations, NGOs, international organisations, EU institutions, etc.)	Search function (simple/advanced) Specific LGBTI folder News Notification system
Ecoi.net http://www.ecoi.net/	Publicly available portal gathering updated COI relevant in procedures for international protection. It is maintained by the Austrian Red Cross (Accord department) and Informationsverbund Asyl & Migration (Germany). Ecoi.net contains more than 225 000 documents from more than 155 sources	Country pages Search function (simple/advanced) Alert system (updates on the latest developments and newly added documents)
Refworld (UNHCR) http://www.refworld.org/	UNHCR's public domain protection and information database. It provides COI, but also legal and policy information. It contains more than 200 000 documents	Country pages Search function (simple/advanced) Alert system (updates on new additions)

Health-related organisations ⁽¹⁵¹⁾

Name	Brief description	Useful features
Bridging the gap http://www.hivgaps.org/	Organisation working through 21 key population projects in 16 countries	Reports News Blog, video
Centre for AIDS prevention studies (CAPS) http://caps.ucsf.edu/research/current-research-projects	The centre conducts research to prevent new HIV infections, improve health outcomes among those infected and reduce disparities	Reports Surveys
Global Commission on HIV and the Law http://www.hivlawcommission.org/	An independent body, convened by the United Nations Development Programme (UNDP) on behalf of the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS)	E-library containing a collection of resources and publications on subjects related to the findings and recommendations of the Global Commission on HIV and the Law Research/discussion papers Press releases
Global Forum on MSM and HIV (MSMGF) http://www.msmsgf.org/	Network of advocates and other experts in health, human rights, research and policy, working to ensure an effective response to HIV among gay men and other men who have sex with men	Publications (reports, policy briefs, etc.) Directory of organisations Blog
Joint United Nations Programme on HIV and AIDS (Unaids) http://www.unaids.org/en	Member of the United Nations Development Group. It advocates for accelerated, comprehensive and coordinated global action on the HIV/AIDS epidemic	Information by country Press centre Reports
Kinsey Institute for Research on Sex, Gender and Reproduction http://www.kinseyinstitute.org/ccies/	Institute at Indiana University working towards advancing sexual health and knowledge worldwide	Research papers

⁽¹⁵¹⁾ Please note that currently, the common European COI portal is a platform for EU+ states' (EU Member States, Switzerland and Norway) national asylum administrations only.

Name	Brief description	Useful features
World Professional Association for Transgender Health (WPATH) http://www.wpath.org/	International multidisciplinary professional association to promote evidence-based care, education, research, advocacy, public policy and respect in transgender health	Research Links to transgender/transsexual organisations

European bodies

Name	Brief description	Useful features
European Parliament Subcommittee on Human Rights (DROI) http://www.europarl.europa.eu/committees/en/droi/home.html	Main responsibilities include all matters relating to human rights, the protection of minorities and the promotion of democratic values, while its geographical remit covers countries outside the EU	Search function
European Parliament Intergroup on LGBT Rights http://www.lgbt-ep.eu/	Informal forum for Members of the European Parliament who wish to advance and protect the fundamental rights of LGBT	News Links to European Parliament briefing on LGBTI Links to other sources
European Union Agency for Fundamental Rights (FRA) LGBT page: http://fra.europa.eu/en/theme/lgbt	Through the collection and analysis of data in the EU, the FRA assists EU institutions and EU Member States in understanding and tackling challenges to safeguard the fundamental rights of everyone in the EU. One of the themes covered by the FRA is LGBT	Survey data explorer News Reports

UN organisations ⁽¹⁵²⁾

Name	Brief description	Useful features
Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR) http://www.ohchr.org/EN/Pages/WelcomePage.aspx	OHCHR has a unique mandate from the international community to promote and protect all human rights	Human rights per issue Human rights by country Search function
UNHCR Sexual Orientation and Gender Identity (Refworld) http://www.refworld.org/sogi.html	Refworld documents related to sexual orientation and gender identity, including legal, policy and background information	Country-specific information Case-law Links to other sources Search function

⁽¹⁵²⁾ Ver também a UNAIDS em «Organizações de Saúde».

National asylum administrations

Name	Brief description	Useful features
Bundesamt für Migration and Flüchtlinge (BAMF) Germany (MILO) https://milo.bamf.de/milop/livelink.exe?func=llworkspace	BAMF database. Contains COI	Information by country/theme
Danish Immigration Service https://www.nyidanmark.dk/en-us/publications/SearchPublications.htm?searchType=publications	Publications from the Danish Immigration Service	Search function
Home Office — United Kingdom Country information and guidance https://www.gov.uk/government/collections/country-information-and-guidance	Publications of the UK Home Office COI service	List of publications
Immigration and Refugee Board (IRB) Canada http://www.irb-cisr.gc.ca/Eng/ResRec/NdpCnd/Pages/index.aspx	Publications of the Research Directorate of the IRB	National documentation packages by country Responses to information requests Recent research Search function
Landinfo Norwegian Country of Origin Information Centre http://landinfo.no/id/162.0	Publications of Landinfo	Search function
Migrationsverket/Swedish Migration Agency Lifos — Centre for Country of Origin Information and Analysis http://lifos.migrationsverket.se/lifos_aktuellt.html	Publications of the Centre for Country of Origin Information and Analysis	Search function
Office français de protection des réfugiés et apatrides (OFPRA) France — DIDR http://www.ofpra.gouv.fr/index.html?xml_id=307&dtd_id=10	Publications of the Division de l'Information, de la Documentation et des Recherches (DIDR)	Lists of recent COI reports and FFM reports

Universities — Research centres/institutes

Name	Brief description	Useful features
Centre for Gender and Refugee Studies (CGRS) http://cgrs.uchastings.edu/#sthash.PCQC56yJ.dpuf	Protects fundamental human rights of refugee women, children, LGBT through legal expertise and training, impact litigation, policy development, research, in-country fact-finding	Links to publications
International Spectrum — University of Michigan http://internationalspectrum.umich.edu/global/worldwideorgs	Collaborative website by the University of Michigan's International Center and the Spectrum Center. Provides information on LGBTQ	International and LGBT organisations and resources
Pew Research Center http://www.pewresearch.org/topics/gay-marriage-and-homosexuality/	Fact tank that informs the public about the issues, attitudes and trends shaping the USA and the world	Articles Surveys
University of Toronto, Faculty of Law, International Human Rights Programme http://ihrp.law.utoronto.ca/page/working-group-and-clinic-reports/sogi-resources	The Human Rights Programme offers a list of SOGI resources	Information by country (reports)
LGBT studies (LGBTS) Yale University http://lgbts.yale.edu/	LGBTS at Yale promotes innovative interdisciplinary scholarships and teaching on the historical and contemporary experience of LGBT	Link to LGBTI organisations Links to sources

Media (specialised and non-specialised)

Name	Brief description	Useful features
Afrol News http://www.afrol.com/categories/gay_lesbian	African news	Archive search
Gay and Lesbian Alliance against Defamation (GLAAD) http://www.glaad.org/	Media working with print, broadcast and online news sources	News Search function
Gay Star News http://www.gaystarnews.com/	UK gay media company	News Search function
Guardian (The), LGBT Rights http://www.theguardian.com/world/lgbt-rights http://www.theguardian.com/society/gay-marriage http://www.theguardian.com/society/transgender	Specific page of the UK newspaper highlighting LGBTI-rights-related news. Also pages on gay marriage and transgender	News Links to sources
IRIN News (Gender issues) http://www.irinnews.org/ http://www.irinnews.org/theme/gen/gender-issues	Independent, non-profitmaking media organisation	News Search function (simple/advanced) Links to articles, reports and films
Journal of Bisexuality (American Institute of Bisexuality) http://www.tandfonline.com/toc/wjbi20/current#.VllbmW2E79p		Search function (books, journals)
LGBTQNation http://www.lgbtqnation.com/	US LGBTQ news source	News by region Search function Blog
Pink News http://www.pinknews.co.uk/world-news/	European gay news service; covers religion, politics, entertainment, finance, and community news for LGBT (UK/worldwide)	Information by region Search function
SOGI News http://www.soginews.com/	Swedish Federation for LGBT Rights (RFSL). RFSL is a non-profitmaking organisation working for the rights of LGBTQ	Information on decisions made in the UN Updates on global events/regional news Testimonies by activists from all over the world In-depth feature articles
Têtu (in French) http://tetu.yagg.com/	French gay magazine	News (international) Magazine Blog

Blogs

Name	Brief description	Useful features
Erasing 76 Crimes http://76crimes.com	Blog on the 76 countries' anti-gay laws and the struggle to repeal them	News archive searchable by country Lists of imprisoned people
Mehdi Kazemi — LGBTI asylum news http://madikazemi.blogspot.ch/	Website initially set up to help save gay Iranian Mehdi Kazemi from deportation to execution	Links to sources Blog documents the situation in countries from which LGBT people are fleeing
(A) Paper Bird http://paper-bird.net/	Blog by Scott Long, researcher and activist on sexual orientation/gender identity Main focus is on the Middle East	

Others

Name	Brief description	Useful features
<i>The international encyclopedia of sexuality</i> http://www.sexarchive.info/IES/		Information by country
Al Bab.com LGBT rights in Arab countries http://www.al-bab.com/arab/background/gay2.htm	LGBT rights in Arab countries	Information by country

Bibliografia

Lista estabelecida por ordem alfabética.

AI (Amnesty International), *Sexual Orientation and Gender Identity* [webpage], n.d. (<http://www.amnesty.org/en/sexual-orientation-and-gender-identity>), accessed 3 December 2014.

ARC International,

The UN Special Procedures: A Guide for sexual orientation and gender identity advocates, n.d. (<http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/08/arc-guide-special-procedures.pdf>), accessed 3 December 2014.

Electronic networking, [webpage], n.d. (<http://arc-international.net/network-development/electronic-networking>), accessed 24 February 2015.

Austrian Red Cross/ACCORD, *Researching country of origin information - Training manual*, 2013 edition, October 2013 (<http://www.coi-training.net/handbook/Researching-Country-of-Origin-Information-2013-edition-ACCORD-COI-Training-manual.pdf>), accessed 3 December 2014.

BBC News, *Ugandan 'homosexuals' named in Red pepper paper*, 25 February 2014 (<http://www.bbc.com/news/world-africa-26338941>), accessed 16 February 2015.

Belgium, CEDOCA,

Subject-related briefing «Sénégal: Situation actuelle de la communauté homosexuelle et MSM», 12 February 2013.

COI Focus, Template for COI product on homosexuality, n.d.

Berkowitz Eric, *Sex and punishment: Four thousand years of judging desire*, Counterpoint Press, Berkeley, 2012.

Beyrer Chris, Wirtz Andrea L., Walker Damian, Johns Benjamin, Sifakis Frangiscos and Baral Stefan D., *The global HIV epidemics among men who have sex with men*, The World Bank, 2011 (<http://siteresources.worldbank.org/INTHIVAIDS/Resources/375798-1103037153392/MSMReport.pdf>), accessed 3 December 2014.

Bint el Nas, *Glossary of arabic terms*, July 2003 (<http://www.bintelnas.org/10muqadeema/transl-eng.html>), accessed 27 January 2015.

Bisexual Index (The) [website], n.d. (<http://www.bisexualindex.org.uk/>), accessed 16 February 2015.

Bridging the Gaps [website], n.d. (<http://www.hivgaps.org/>), accessed 3 December 2014.

Canavera Mark, *The Kuchu beehive*, The world post [weblog], posted on: 2 August 2010 (http://www.huffingtonpost.com/mark-canavera/the-kuchu-beehive_b_666033.html), accessed 3 December 2014.

Coolslang, *Arabic slang dictionary with english translation* [online dictionary], n.d. (<http://www.coolslang.com/index.php?OL=ara>), accessed 2 February 2015.

DEVDIR (Directory of Development Organizations) [website], n.d. (<http://www.devdir.org/>), accessed 3 December 2014.

DIS/DRC (Danish Immigration Service/Danish Refugee Council), *Situation of LGBT persons in Uganda, joint report from the Danish Immigration Service's and the Danish Refugee Council's fact finding mission to Kampala, Uganda from 16 to 25 June 2013*, January 2014 (<https://www.nyidanmark.dk/NR/rdonlyres/C0BC7D6B-C3E0-46DA-B151-EA7A28E4362F/0/SituationofLGBTpersonsInUgandaFinal.pdf>), accessed 3 December 2014.

Danish Institute for Human Rights, *Getting to Rights, The rights of lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex persons in Africa*, 2014 (<http://www.humanrights.dk/publications/getting-rights>), accessed 3 December 2014.

EASO (European Asylum Support Office),

COI & LGBTI workshop, meeting in: Malta, held on: 20-21 May 2014.

Common European COI Portal, [portal], n.d., accessible at [login required]: (<http://easo.europa.eu/coiportalnotice/>)

EASO country of origin information report methodology, July 2012 (<http://easo.europa.eu/wp-content/uploads/BZ3012618ENC.pdf>), accessed 3 December 2014.

Tools and tips for online coi research, in: *EASO Practical Guide Series*, June 2014 (<http://easo.europa.eu/wp-content/uploads/Tools-and-tips-for-online-COI-research2.pdf>), accessed 3 December 2014.

Training module: gender, gender identity and sexual orientation, EASO Learning Platform, 2015 version (<https://ceac.easo.europa.eu/eac/>), accessed 3 December 2014. Subscription required.

Ecoi.net [portal], n.d. (<http://www.ecoi.net/>), accessed 3 December 2014.

Economist (The), *The gay divide*, 11 October 2014 (<http://www.economist.com/news/leaders/21623668-victories-gay-rights-some-parts-world-have-provoked-backlash-elsewhere-gay>), accessed 16 February 2015.

ELGE (European Institute for Gender Equality), *Gender-based violence* [webpage], n.d. (<http://eige.europa.eu/content/activities/gender-based-violence>), accessed 3 December 2014.

ELSA (plateforme Ensemble Luttons contre le Sida en Afrique), Centre de ressources francophones sur le VIH/sida en Afrique [website], n.d. (<http://www.plateforme-elsa.org/>), accessed 19 February 2015.

Erasing 76 Crimes [weblog], n.d. (<http://76crimes.com/about-2/>), accessed 3 December 2014.

European Parliament,

Directive No 2011/95/EU of the European Parliament and of the Council of 13 December 2011 on standards for the qualification of third-country nationals or stateless persons as beneficiaries of international protection, for a uniform status for refugees or for persons eligible for subsidiary protection, and for the content of the protection granted (recast), available at: (<http://easo.europa.eu/wp-content/uploads/Dve-2011-95-Qualification.pdf>), accessed 3 December 2014.

European Parliament resolution of 4 February 2014 on the EU Roadmap against homophobia and discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity, (<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P7-TA-2014-0062&language=EN&ring=A7-2014-0009>), accessed 3 December 2014.

Human Rights Committee/Documents [webpage], n.d. (<http://www.europarl.europa.eu/committees/en/droi/search-in-documents.html>), accessed 3 December 2015.

Human Rights Committee [webpage], n.d. (<http://www.europarl.europa.eu/committees/en/droi/home.html>), accessed 3 December 2014.

Intergroup on LGBT Rights [webpage], n.d. (<http://www.lgbt-ep.eu/>), accessed 3 December 2014.

European Union, *Common EU Guidelines for processing Country of Origin Information (COI)*, April 2008, (<http://www.refworld.org/docid/48493f7f2.html>), accessed 15 February 2015.

France, OFPRA (French Office for the Protection of Refugees and Stateless persons), *Rapports de Missions* [webpage], n.d. (http://www.ofpra.gouv.fr/index.html?xml_id=307&dtd_id=10), accessed 3 December 2014.

Ganly, Katharine, *Arab World: Trouble for gay travels in the Muslim world*, Global Voices [weblog], posted on: 15 July 2009 (<http://globalvoicesonline.org/2009/07/15/arab-world-trouble-for-gay-travels-in-the-muslim-world/>), accessed 27 January 2015.

GLAAD (Gay and Lesbian Alliance against Defamation), *GLAAD media reference guide - Transgender Issues*, n.d. (<http://www.glaad.org/reference/transgender>), accessed 6 March 2015.

Google Scholar [search engine], n.d. (<http://scholar.google.com/>), accessed 3 December 2014.

Heinrich Böll Stiftung,

Democracy, LGBTI [webpage], n.d. (<http://www.boell.de/en/topics/lgtbi>), accessed 3 December 2014.

Europe, Let's speak out for LGBTI rights in Africa!, Public Conference meeting poster, meeting in: Brussels, held on: 3 December 2014 (http://calendar.boell.de/sites/default/files/lgtbi_poster_a4_rgb_mail_2.pdf), accessed 15 December 2014.

HRW (Human Rights Watch), *LGBT Rights* [webpage], n.d. (<http://www.hrw.org/topic/lgbt-rights>), accessed 3 December 2014.

IGLHRC (International Gay and Lesbian Human Rights Commission),

[website], n.d. (<http://iglhrc.org/>), accessed 3 December 2014.

Sections reports, [webpage] n.d. (<http://iglhrc.org/content/reports>), accessed 3 December 2014.

Shadow reports, [webpage] n.d. (<http://iglhrc.org/our-publications/shadow-reports>), accessed 3 December 2014.

ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association),

ILGA-Europe glossary, updated: July 2014 (<http://www.ilga-europe.org/home/publications/glossary>), accessed 3 December 2014.

ILGA's Directory of LGBTI and Allied Organizations [webpage], n.d. (<http://ilga.org/directory/>), accessed 3 December 2014.

Maps [webpage], n.d. (<http://ilga.org/what-we-do/lesbian-gay-rights-maps/>), accessed 3 December 2014.

News archive [webpage], n.d. (<http://ilga.org/category/uncategorized/>), accessed 3 December 2014.

State sponsored homophobia report [webpage], n.d. (<http://ilga.org/what-we-do/state-sponsored-homophobia-report/>), accessed 3 December 2014.

IRIN, Humanitarian News and Analysis [website], n.d. (<http://www.irinnews.org/>), accessed 3 December 2014; see Advanced Search (<http://www.irinnews.org/advancedsearch>).

It's Pronounced Metro Sexual, *The Gender Bread Person*, 2012 (<http://itspronouncedmetrosexual.com/2012/01/the-genderbread-person/>), accessed 26 February 2015.

Jansen, S., Spijkerboer, T., *Fleeing homophobia, Asylum Claims related to sexual orientation and gender identity in Europe*, COC Netherlands/VU University Amsterdam, September 2011 (http://www.vu.nl/nl/Images/Fleeing%20Homophobia%20report%20EN_tcm9-232205.pdf) accessed 3 December 2014.

LA Times, *MOROCCO: New magazine braves risks to give voice to Arab homosexuals*, 28 April 2010 (<http://latimesblogs.latimes.com/babylonbeyond/2010/04/morocco-draft-new-magazine-gives-voice-to-arab-homosexuals-.html>), accessed 2 February 2015.

LaViolette, N., 'Independent human rights documentation and sexual minorities: an ongoing challenge for the Canadian refugee determination process', in: *The International Journal of Human Rights*, Vol. 13, No 2-3, April-June 2009 (<http://dx.doi.org/10.1080/13642980902758234>), accessed 3 December 2014, pp. 437-476.

LGBT Net, *Magazines, books and films* [webpage], n.d. (http://www.lgbtnet.dk/database/cat_view/37-all-documents/48-magazines-books-and-films), accessed 3 December 2014.

Moscas De Colores, *Gay dictionary: Arabic*, n.d. (<http://www.moscasdecolores.com/en/gay-dictionary/arabic>), accessed 2 February 2015.

Movies that Matter [website], n.d. (http://www.moviesthatmatter.nl/english_index), accessed 3 December 2014.

Netherlands (The), Ministry of Foreign Affairs, *Ambtsberichten* [webpage], n.d. (<http://www.rijksoverheid.nl/ministeries/bz/documenten-en-publicaties/ambtsberichten>), accessed 3 December 2014.

New Zealand, Immigration, Country Research Branch, *Country of origin information and social media, literature review, executive summary*, October 2013, available at: (<http://www.ecoi.net/blog/wp-content/uploads/2013/10/CRB-Country-of-Origin-Information-and-Social-Media-Executive-Summary-October-2013.pdf>), accessed 3 December 2014.

OHCHR (Office of the High Commissioner for Human Rights),

Discriminatory laws and practices and acts of violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity, Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights, A/HRC/19/41, 17 November 2011, available at: (http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/A.HRC.19.41_English.pdf), accessed 3 December 2014.

Universal Periodic Review (UPR) [webpage], n.d. (<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx>), accessed 3 December 2014.

OII (Organization International Intersex), OII Intersex Network [website], n.d. (<http://oiiinternational.com/intersex-library/intersex-articles/what-is-intersex/>), accessed 19 February 2015.

Online Etymology Dictionary [website], n.d. (<http://www.etymonline.com/index.php?term=faggot>), accessed 28 January 2015.

Opanga Kwendo, *Kenya; What is this about tying aid to gay rights?*, allAfrica [weblog], 10 December 2011 (<http://allafrica.com/stories/201112120227.html>), accessed 3 December 2014. Subscription required.

ORAM (Organization for Refuge, Asylum and Migration),

Blind Alleys, Part I: Guidance for NGOs, Governments, UNHCR & Program Funders, Glossary of Terms, February 2013 (http://www.oraminternational.org/images/stories/PDFs/blindalleys/oram_recommendeng_final_lr.pdf), accessed 3 December 2014.

Country of Origin Report - Sexual and Gender Minorities - Uganda, October 2014 (http://www.oraminternational.org/images/stories/PDFs/Countryoforigin_report.pdf), accessed 3 December 2014.

LGBTI Refugee Project Portal [portal], n.d. (<http://www.portal.oraminternational.org>) accessed 16 February 2015.

[website], n.d. (<http://www.oraminternational.org/en/>), accessed 3 December 2014.

Palmer, Bryan, *How do you say Gay in Arabic? A brief linguistic history of Middle Eastern homosexuality*, Slate, 16 August 2012 (http://www.slate.com/articles/life/explainer/2012/08/homosexuality_and_islam_how_do_you_say_gay_in_arabic_.html), accessed 26 February 2015.

Pew Research Center,

Global Attitudes Project, *The Global Divide on Homosexuality*, 4 June 2013 (<http://www.pewglobal.org/2013/06/04/the-global-divide-on-homosexuality/>), accessed 3 December 2014.

[website], n.d. (<http://www.pewresearch.org/>), accessed 3 December 2014.

Pink News [website], n.d. (<http://www.pinknews.co.uk/home/>), accessed 3 December 2014.

Refugee Studies Centre, *Sexual Orientation in Refugee Status Determination*, Working Paper Series No 74, April 2011 (<http://www.rsc.ox.ac.uk/files/publications/working-paper-series/wp74-sexual-orientation-refugee-status-determination-2011.pdf>), accessed 17 December 2014.

SOGI News [website], n.d. (<http://www.soginews.com/>), accessed 3 December 2014.

SSRN (Social Science Research Network) [website], n.d. (<http://www.ssrn.com/en/>), accessed 19 February 2015.

Swedish Migration Agency (previously known as Swedish Migration Board), LIFOS,

e-mail, December 2014.

Nigeria. Den kulturella kontexten för hbt-personer, 18 December 2014 (<http://lifos.migrationsverket.se/dokument?documentSummaryId=33781>), accessed 29 January 2015.

Unknown people - The vulnerability of sexual and gender identity minorities and The Swedish Migration Board's Country of Origin Information system, January 2010, (http://www.migrationsverket.se/download/18.5e83388f141c129ba631295e/1381926423611/migrationsverket_unknown_people.pdf), accessed 3 December 2014.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees),

Need to Know Guidance 2, Working with lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex persons in forced displacement, 2011 (<http://www.refworld.org/pdfid/4e6073972.pdf>), accessed 27 February 2015.

Refworld [portal], n.d. (<http://refworld.org/>), accessed 3 December 2014.

UNHCR Guidelines on International Protection No. 1, UNHCR guidelines on international protection gender-related persecution within the context of Article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 Protocol relating to the Status of Refugees, HCR/GIP/02/01, 7 May 2002 (<http://www.unhcr.org/3d58ddef4.html>), accessed 3 December 2014.

UNHCR Guidelines on International Protection No. 9, claims to refugee status based on sexual orientation and/or gender identity within the context of Article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 protocol relating to the status of refugees, 23 October 2012, (<http://www.unhcr.org/50ae466f9.html>), accessed 3 December 2014.

UNICEF, *Position Paper No. 9, Eliminating discrimination against children and parents based on sexual orientation and/or gender identity*, November 2014 ([http://www.unicef.org/media/files/Position_Paper_Sexual_Identification_and_Gender_Identity_12_Nov_2014\(2\).pdf](http://www.unicef.org/media/files/Position_Paper_Sexual_Identification_and_Gender_Identity_12_Nov_2014(2).pdf)), accessed 11 February 2015.

University of Toronto, Faculty of Law,

Sexual diversity [webpage], n.d. (<http://ihrp.law.utoronto.ca/expertise/sexual-diversity>), accessed 3 December 2014.

Research checklist - A guide to the sources used in SOGI's research process, 7 March 2011 (http://ihrp.law.utoronto.ca/utfl_file/count/documents/SOGI/SOGI%20sources%20checklist%202011.pdf), accessed 3 December 2014.

UK, Home Office,

Asylum policy instruction: sexual identity issues in the asylum claim, Version 5.0, 11 February 2015 (<https://www.gov.uk/government/publications/sexual-identity-issues-in-the-asylum-claim>), accessed 24 February 2015.

Country information and guidance [webpage], updated on: 23 February 2015 (<https://www.gov.uk/government/collections/country-information-and-guidance>), accessed 3 December 2014.

Sexual identity issues in the asylum claim, Sexual Asylum Policy Instruction, Version 5.0, 11 February 2015, <https://www.gov.uk/government/publications/sexual-identity-issues-in-the-asylum-claim>, accessed 24 February 2015.

U.S. Department of State, *Country reports* [webpage], n.d. (<http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/>), accessed 3 December 2014.

Yale University, *Lesbian, gay, bisexual and transgender studies* [webpage], n.d. (<http://lgbs.yale.edu/>), accessed 3 December 2014.

Yogyakarta Principles (The), *Yogyakarta Principles on the Application of International Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity*, March 2007 (http://www.yogyakartaprinciples.org/principles_en.pdf), accessed 3 December 2014.

COMO OBTER PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

Publicações gratuitas:

- um exemplar:
via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);
- mais do que um exemplar/cartazes/mapas:
nas representações da União Europeia (http://ec.europa.eu/represent_pt.htm),
nas delegações em países fora da UE (http://eeas.europa.eu/delegations/index_pt.htm),
contactando a rede Europe Direct (http://europa.eu/europedirect/index_pt.htm)
ou pelo telefone 00 800 6 7 8 9 10 11 (gratuito em toda a UE) (*).

(*) As informações prestadas são gratuitas, tal como a maior parte das chamadas, embora alguns operadores, cabinas telefónicas ou hotéis as possam cobrar.

Publicações pagas:

- via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>).

